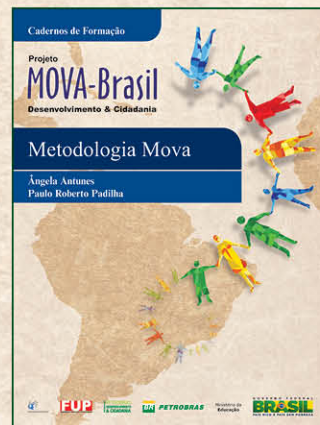


Educação de Adultos
Alessandra Rodrigues dos Santos
Luiz Marine José do Nascimento

Concepção de Educação de Adultos, de conhecimento e de aprendizagem. Educação Libertadora. Educação Popular. Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Principais contribuições das Conferências Internacionais de Educação de Adultos, Diretrizes Nacionais da EJA.



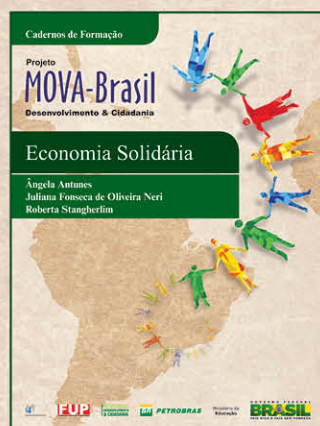
Metodologia Mova
Ângela Antunes
Paulo Roberto Padilha

Raízes históricas do Mova: características, estrutura e funcionamento. Leitura do Mundo. Círculos de Cultura. Método Paulo Freire. Registro e sistematização de dados da realidade. Cultura e Currículo. Projeto Eco-Político-Pedagógico. Proposta Pedagógica, Avaliação da aprendizagem e Avaliação institucional.



Educação Popular
Emiliano Palmada Liu
Francisca Rodrigues de Oliveira Pini
Washington Góes

Concepção de Educação Popular na perspectiva do campo democrático popular. Histórico da Educação Popular no Brasil e na América Latina. Contribuições centrais de Paulo Freire à Educação Popular; Educação Popular como concepção de educação. Mobilização e Articulação social.



Economia Solidária
Ângela Antunes
Juliana Fonseca de Oliveira Neri
Roberta Stangherlim

Trabalho, emprego e renda. Fundamentos, concepção e características da Economia Popular e Solidária. Economia Solidária como práxis pedagógica. Contribuições à reflexão sobre educação e qualificação profissional. Sustentabilidade e bem-viver.



Diversidade e Direitos
Mariana Galvão
Paulo Roberto Padilha
Rosângela Leite

Linguagem, cultura e direitos humanos na alfabetização de jovens, adultos e idosos. Diversidade Étnico-racial, Diversidade de Gênero, Diversidade Sexual e Inclusão das pessoas com deficiência no Projeto MOVA-Brasil.



Gestão Compartilhada
Alexandre Munck
Daniel Montezano
Sandra Pereira da Silva

Fundamentos, princípios e orientações práticas relacionadas às dimensões administrativa, financeira e de gestão das pessoas. Subsídios para a organização do trabalho relacionado ao Projeto MOVA-Brasil.

Cadernos de Formação

Projeto MOVA-Brasil

Desenvolvimento & Cidadania

Economia Solidária

Ângela Antunes
Juliana Fonseca de Oliveira Neri
Roberta Stangherlim



Projeto
MOVA-Brasil
Desenvolvimento & Cidadania



Ministério da
Educação



Cadernos de Formação

Projeto

MOVA-Brasil

Desenvolvimento & Cidadania

Economia Solidária

Ângela Antunes

Juliana Fonseca de Oliveira Neri

Roberta Stangherlim

São Paulo, 2014
2ª edição

Expediente

COMITÊ GESTOR MOVA-Brasil

FUP – Federação Única dos Petroleiros
IPF – Instituto Paulo Freire
Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.

INSTITUTO PAULO FREIRE

Moacir Gadotti
Presidente

Alexandre Munck
Diretor Administrativo-Financeiro

Ângela Antunes
Diretora de Gestão do Conhecimento

Francisca Pini
Diretora Pedagógica

Paulo Roberto Padilha
Diretor de Desenvolvimento Institucional

Alessandra Rodrigues dos Santos
Coordenadora da Educação de Adultos

Janaina Abreu
Coordenadora Gráfico-Editorial

Renato Pires
Capa

Maps World
Projeto gráfico e editoração eletrônica

Carlos Coelho e Isis Silva
Revisores

Ângela Antunes e Paulo Roberto Padilha
Revisores de conteúdo

Eliza Mania
Produção Gráfico-Editorial

Emília Silva
Assistente Gráfico-Editorial

Brasilgrafia Gráfica e Editora
Impressão

Ângela Antunes

Doutora e mestre em Educação pela Faculdade de Educação da USP (FEUSP-2002 e 1997). Licenciada em Letras (1982), Pedagoga (1985). Pesquisa sobre gestão democrática da escola pública e sobre pedagogia da sustentabilidade. É diretora de Gestão do Conhecimento do Instituto Paulo Freire.

Juliana Fonseca de Oliveira Neri

Pedagoga e especialista em educação comunitária. É coordenadora da Área de Educação Cidadã do Instituto Paulo Freire.

Roberta Stangherlim

Psicóloga. Mestre em Educação (UFSCar) e doutora em Psicologia da Educação (PUC/SP). Professora do Mestrado em Educação da Universidade Nove de Julho (Uninove). Consultora junto à Área de Educação Cidadã no Instituto Paulo Freire.

Sumário

Apresentação	05
Introdução	07
1. TRABALHO, EMPREGO E RENDA.....	09
2. ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA.....	13
3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	19
4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PRÁXIS PEDAGÓGICA	23
5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	29
6. SUSTENTABILIDADE E BEM-VIVER	33
Para saber mais	37
Referências	39



Apresentação

Prezada educadora, prezado educador.

Em 1989, Paulo Freire criou o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP), no qual foram plantadas sementes que até hoje geram frutos e contribuem para a diminuição do analfabetismo no Brasil e em outros países.

Em 2001, no contexto do I Fórum Social Mundial de Porto Alegre, surgiu a ideia de um projeto de alfabetização de jovens e adultos que tivesse a mesma força e organização curricular do MOVA-SP, mas que pudesse alcançar diversos estados brasileiros. Isso foi possível a partir de 2003 quando Petrobras, Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Instituto Paulo Freire consolidaram uma parceria histórica e deram início ao Projeto MOVA-Brasil.

De 2003 a 2011 foram alfabetizadas 170 mil pessoas e formados cerca de 8 mil alfabetizadores/as, monitores, coordenadores locais e de polos. Foram muitos os êxitos ao longo desses anos, mas o desafio continua, pois todos sabemos dos cerca de 14 milhões de pessoas analfabetas em nosso país. O desafio continua imenso e há muito por fazer!

É por este motivo que, ainda no clima de comemoração das formaturas das pessoas alfabetizadas em 2011 pelo Projeto MOVA-Brasil nos estados do Amazonas, Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe, apresentamos a você, educador e educadora, a Série Cadernos de Formação do Projeto MOVA-Brasil, composta de 6 volumes: 1. *Educação de Adultos*; 2. *Metodologia MOVA*; 3. *Educação Popular*; 4. *Economia Solidária*; 5. *Diversidade e Direitos*; 6. *Gestão Compartilhada*.

Como escreveu Paulo Freire, “o homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber” (*Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 47). A cada etapa do projeto estamos aprofundando nossas reflexões e aperfeiçoando nossa prática. Os *Cadernos de Formação* nascem dessa caminhada e trazem inovações curriculares que nos provocam, a todas e a todos, a “continuar o permanente movimento de procura”. (idem)

É neste contexto e com este espírito de humildade, de generosidade e de companheirismo, tão caros a este Projeto, que compartilhamos com alfabetizadores e alfabetizadoras, coordenadores locais e dos polos do MOVA-Brasil, estes *Cadernos*,

visando a contribuir com as formações continuadas e, principalmente, no dia a dia da sala de aula, durante o processo de alfabetização. Eles trazem reflexões teórico-práticas e oferecem subsídios para as atividades curriculares e também para as relacionadas às dimensões administrativo-financeiras, destacando a importância da transparência, da sustentabilidade e da responsabilidade compartilhada na gestão do Projeto.

Nosso desejo é o de que esta Série ganhe vida nos encontros de formação, nas salas de aula, e, também, na continuidade do registro, da sistematização e da produção do conhecimento, gerando novos cadernos e contribuindo para que o Projeto MOVA-Brasil possa continuar fortalecendo a alfabetização de jovens, adultos e idosos, de forma a matricular e promover a vida e a cultura das pessoas, ajudando-as a afirmarem as suas identidades e a exercerem mais plenamente as suas cidadanias. Desta forma, contribuirão ainda mais para o desenvolvimento sustentável do país e terão mais condições de dar continuidade aos seus estudos e aos seus aprimoramentos e qualificações profissionais, exigência do nosso tempo e meta renovada do Projeto MOVA-Brasil.

Instituto Paulo Freire



INTRODUÇÃO

Caro educador e cara educadora,

No caderno de Formação Metodologia Mova, falamos em *Leitura do Mundo*, em conhecer os educandos que frequentam as salas de alfabetização do Projeto MOVA-Brasil; destacamos a necessidade de nos aproximarmos criticamente da realidade em que eles vivem, pois a alfabetização não pode estar dissociada de suas vidas e deve contribuir para aprofundar o exercício da cidadania, visando à transformação

social. Nesse processo de conhecimento dos educandos, uma dimensão fundamental é o trabalho, é saber como a vida deles se relaciona ao mundo do trabalho: Eles trabalham? Com o quê? Possuem uma profissão? Estão empregados? Como vivem? Quais são seus sonhos e expectativas em relação à vida profissional? Quais são os saberes desses alfabetizandos? De que comunidades eles vêm? Suas experiências de vida estão mais vinculadas à zona rural ou urbana?

O que caracteriza o público da Educação de Jovens e Adultos não é somente a faixa etária. Eles fazem parte da população a quem foi negado o direito à educação. Por razões as mais variadas, eles não conseguiram ter acesso ou dar continuidade aos seus estudos.

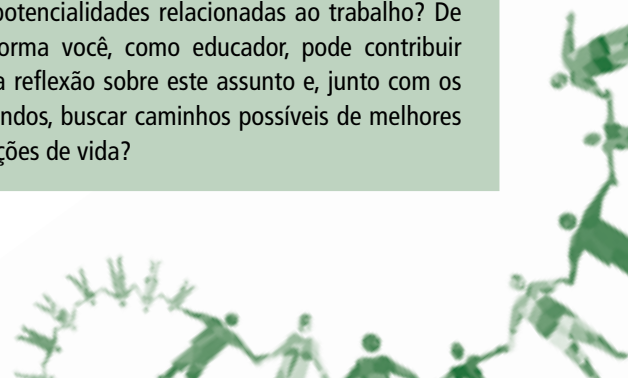
Há alunos da EJA que nunca foram à escola. Há os que frequentaram as classes por um tempo e delas foram retirados para entrar precocemente no mundo do trabalho. Dos que chegaram a frequentar por algum tempo as escolas formais, um número expressivo deles possui uma trajetória estudantil marcada por repetências e interrupções. Não são poucos os que tiveram que lidar com dificuldades, como conciliar os estudos e o trabalho, vivendo em contextos familiares, muitas vezes, marcados pela pobreza, por conflitos em torno do alcoolismo, da violência doméstica, do abandono, da falta de condições para dar continuidade à vida escolar. Outros se depararam com horário escolar inadequado ou incompatível com suas jornadas de trabalho (por exemplo, rotina dos pescadores marinhos, que ficam meses longe de casa, em alto mar, dos agricultores em período de safras e colheitas na zona rural, dos que trabalham com o comércio informal em altas temporadas), com mudanças de emprego, de períodos e horários de trabalho; com migração para outras cidades/bairros em busca do que fazer para sobreviver. Além dessas questões, há também as relacionadas ao currículo da escola, em geral, descontextualizado da vida dos educandos: conteúdos, metodologias, práticas pedagógicas, relações humanas indiferentes à realidade dos alunos.

São muitas as razões e as expectativas que motivam a presença dos alunos nas salas da EJA, dentre as quais podemos destacar:

- pessoas que iniciam a escolaridade já adultas ou na terceira idade porque não tiveram oportunidade de estudar quando mais novos;
- jovens que acumularam muitas defasagens na sua passagem pela escola, criando uma distorção entre idade e série e são encaminhados para salas da EJA para concluir os estudos e/ou para se alfabetizarem, finalmente.

E nas suas salas de alfabetização, educador, educadora, o que motivou a presença dos seus alunos? Já perguntou aos seus educandos e educandas por que estão estudando? Quantos deles estão nas salas de aula motivados por questões relacionadas ao trabalho, à vida profissional? E como eles mesmos compreendem o mundo do trabalho e nele se inserem? Eles já tiveram oportunidade de refletir sobre o trabalho como realização humana ou sobre o trabalho como alienação, exploração e desumanização? Quais as profissões presentes na sala de aula,

como prática já vivida e como sonho, como algo que eles almejam no futuro? Por que valorizam essas profissões? Eles têm consciência sobre as transformações no mundo do trabalho e as exigências dos contextos atuais? Eles conseguem estabelecer relações entre o lugar onde vivem, as dificuldades e as potencialidades relacionadas ao trabalho? De que forma você, como educador, pode contribuir para a reflexão sobre este assunto e, junto com os educandos, buscar caminhos possíveis de melhores condições de vida?



Economia Solidária

- há aqueles que nunca estudaram e buscam superar a dependência, ou seja, querem ter autonomia na leitura de textos. Buscam, acima de tudo, poder assinar o seu próprio nome, tirar documentos, pegar o ônibus, pagar as contas, ler uma receita com orientação médica, ler receitas de culinária, ler a Bíblia, escrever e ler suas próprias correspondências, enfim, transitar autonomamente na sociedade letrada;
- há aqueles que cedo entraram no mundo do trabalho, aprenderam suas profissões na própria prática, com familiares ou amigos, e trazem a expectativa de se atualizar ou aprender novas profissões e poder responder às demandas da sociedade atual, principalmente as tecnológicas;
- há os jovens que abandonaram a escola pelas defasagens acumuladas e que agora têm expectativas de “correr atrás do tempo perdido” e dar continuidade nas modalidades de ensino seguintes;
- há os idosos que, por razões variadas, contribuem com a educação de netos e gostariam de acompanhar melhor os estudos deles e por isso resolvem voltar estudar ou, pela primeira vez, começar a fazê-lo.

Certamente, existem outras motivações. Citamos algumas delas. As diferentes expectativas dos educandos e educandas trazem desafios para nós, educadores e educadoras. Um deles é ter clareza de que não se pode oferecer qualquer alfabetização. Ela precisa estar conectada às motivações dos educandos. Isso não se faz adotando em sala de aula atividades mecânicas, padronizadas, descoladas da realidade. O trabalho é uma dimensão sempre presente entre os alunos da EJA, como veremos a seguir.



Horta comunitária, no Polo Ceará. 2011

1. TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Educador(a), você percebeu que ora falamos de trabalho e ora de emprego. Eles significam a mesma coisa? O que é trabalho? O que é emprego?

Segundo o *Dicionário do Pensamento Social do Século XX* (1996), o trabalho é o esforço humano dotado de um propósito, que implica a transformação da natureza por meio do dispêndio de capacidades físicas e mentais. Para Marx (2002, p. 211),

[...] o trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre o homem e a natureza, um processo integrado no qual o ser humano faculta, regula e controla a sua forma material com a natureza através de sua atividade [...] Ao atuar sobre a natureza externa a si, modificando-a, o ser humano modifica simultaneamente sua própria natureza.



Uma das situações existenciais retratadas por Paulo Freire em seu livro *Educação como Prática de Liberdade* (2011) para incentivar a reflexão crítica do alfabetizando no seu processo de formação.

O homem no mundo e com o mundo.

Natureza e cultura. Através do debate desta situação, em que se discute o homem como um ser de relações, se chega à distinção entre os dois mundos – o da natureza e o da cultura. Percebe-se a posição normal do homem como um ser no mundo e com o mundo. Como um ser criador e recriador que, através do trabalho, vai alterando a realidade. Com perguntas simples, tais como: quem fez o poço? Por que o fez? Como o fez? Quando? Que se repetem com relação aos demais “elementos” da situação, emergem dois conceitos básicos: o de necessidade e o de trabalho e a cultura se explica num primeiro nível, o de subsistência. O homem fez o poço porque teve necessidade de água. E o fez na medida em que, relacionando-se com o mundo, fez dele objeto de seu conhecimento. Submetendo-o, pelo trabalho, a um processo de transformação. Assim fez a casa, sua roupa, seus instrumentos de trabalho. A partir daí, discute com o grupo, em termos evidentemente simples, mas criticamente objetivos, as relações entre os homens que não podem ser de dominação nem de transformação, como as anteriores, mas de sujeitos.

Em outras palavras, podemos afirmar que o trabalho é a ação transformadora que o ser humano realiza sobre a natureza, sobre o meio ambiente em que vive e, ao modificar a natureza, ele modifica também a sua maneira de pensar, de agir e de sentir, transformando não só o meio ambiente, mas também a si mesmo como ser humano. Pela realização do trabalho, o ser humano se modifica, se autoproduz, ao mesmo tempo em que produz sua cultura.

Antes do emprego veio o trabalho. Este existe desde que o ser humano começou a intervir na natureza e nos seus ambientes de vida, fazendo uso de ferramentas e utensílios criados por ele. É por meio do trabalho que produzimos a nossa existência. Produzimos alimentos, roupas, máquinas e tantos outros produtos necessários, sejam necessidades efetivamente reais ou criadas. Trabalho é cultura. Em cada contexto histórico, social, econômico, político e cultural, a classificação, os tipos e o valor do trabalho se diferenciam.

Cada sociedade cria um conceito próprio, divide o trabalho em certas categorias e atribui-lhe um determinado valor. Em comunidades indígenas, o trabalho é compreendido e realizado de uma forma; na sociedade feudal, de outra. No contexto do próprio mundo capitalista – da primeira, segunda e terceira revolução industrial – houve e há diferentes formas de valorizar e organizar o trabalho. Quando as condições econômicas, políticas ou tecnológicas se alteram, o trabalho também se altera. Muda a forma como ele é realizado: manual, mecânica, elétrica, eletrônica etc. Mudam os instrumentos que são utilizados, as relações, o modo de produção. Cada sociedade varia na forma como organiza, interpreta e valoriza o trabalho. O emprego é algo recente na história da humanidade. Podemos afirmar que se trata de um conceito que surgiu no contexto da Revolução Industrial. Ele consiste numa relação entre homens que vendem sua força de trabalho por algum valor, alguma remuneração e homens que compram essa força de trabalho pagando algo em troca, algo como um salário. Caracteriza-se por uma relação estável, com períodos mais ou menos prolongados, estabelecida entre quem organiza o trabalho e quem o executa. É uma espécie de contrato. O possuidor dos meios de produção, ou seja, o dono dos meios e dos objetos de produção (os donos das fábricas, das indústrias, das máquinas, dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas) pagam, por meio de contratos, pelo trabalho de outros, de pessoas que não possuem meios de produção, por isso vendem sua força de trabalho, para que os objetos, serviços e produtos esperados sejam produzidos.

A *Consolidação das Leis do Trabalho* (CLT), em seu art. 442, afirma que “contrato de trabalho é o acordo tácito ou expresso correspondente à relação de emprego”. E, no artigo 3º, esclarece que é considerado “empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”. Trata-se de um acordo jurídico pelo qual uma pessoa física (empregado) se obriga, mediante o pagamento de uma contraprestação (salário), a prestar trabalho não eventual em proveito de outra pessoa, física ou jurídica (empregador), a quem fica juridicamente subordinado. Os elementos que caracterizam uma relação de emprego são, portanto, os seguintes: pessoa física do empregado, prestando trabalho de forma contínua, mediante subordinação e recebendo uma contraprestação. Uma relação de emprego pressupõe um contrato de trabalho por prazo determinado ou indeterminado.

Para cada forma de organização social, há diferentes maneiras de organizar o trabalho, de definir quem o realizará, de distribuir os produtos e a riqueza que ele gera. O trabalho está presente em diferentes contextos sociais, pois estes não podem existir sem aqueles (o mesmo não se aplica em relação ao emprego). Compreender a diferença entre trabalho e emprego é importante em qualquer contexto, mas, mais importante ainda, é entender o trabalho quando a sociedade está em um processo de mudança como o que vivemos no mundo contemporâneo, pois o trabalho, certamente, será influenciado e influenciará as mudanças e a própria sociedade. Todo esse processo de formas variadas e em diferentes graus impacta nossas formas de vida, por isso é fundamental compreendê-los.

Caro(a) educador(a), uma atividade importante que poderia ser feita com os educandos é uma pesquisa, acompanhada de debate, sobre o que está ocorrendo com o trabalho e os empregos no contexto atual, no seu município e no seu estado. Com o advento da chamada “sociedade da informação”, quais as principais transformações no mundo do trabalho? De que forma essas transformações impactam a vida cotidiana dos educandos? Quais os aspectos positivos e quais

os desafios que estão postos à classe trabalhadora? É de fundamental importância que os alfabetizandos tenham condições de conhecer e compreender que contexto é este e, assim, compreendendo melhor, possam agir sobre ele, sendo autores dessa história e não simplesmente objeto e vítimas das consequências de decisões das quais nem tiveram conhecimento. Após isso poderá fazer a mesma pergunta em relação ao contexto nacional e internacional.

No capitalismo, pelas próprias características desse sistema, o trabalho se apresenta como alienante e não como criador. O trabalho alienado ocorre quando o trabalhador não é dono dos meios de produção, realiza atividades fragmentadas (sem conhecer o processo de produção como um todo), vende sua força de trabalho, não recebe salários justos que permitam satisfazer suas necessidades e, na maioria das vezes, vive em condições precárias, sem a garantia dos direitos humanos para uma vida com dignidade. O capitalismo

fez com que o trabalho desenvolvido pelos homens e mulheres se transformasse apenas em venda de mão de obra, não permitindo que eles se realizassem como seres humanos em suas atividades. O produto do trabalho não pertence ao trabalhador que o fez, mas sim ao capitalista, àquele que acumula riquezas por meio da exploração do trabalho do outro. Além disso, outro fator de perda do sentido de humanidade é a valorização do “ter” em detrimento do “ser” no sistema capitalista, ou seja, a vida e as relações humanas são mediadas pelo que o homem possui e não pelo que ele é.

As graves crises econômicas e políticas do final do século 20 e início do século 21 provocaram a diminuição de postos de trabalho e a flexibilização das relações trabalhistas, entre outros aspectos. Quando se olha para a história, o que verificamos é que o trabalho sofre transformações. Passamos por formas de trabalho como a escravidão, servidão, trabalho assalariado... O trabalho vem sofrendo mudanças na forma, nos instrumentos utilizados, na apropriação do produto do trabalho e nas relações do trabalho com o produto.

Para que o trabalho seja um meio de humanização de homens e mulheres, faz-se necessário buscar alternativas que favoreçam o desenvolvimento da potencialidade humana. É o que, por exemplo, Francisco Gutiérrez (1993) chama de educação socialmente produtiva, numa tentativa de resgatar a visão totalizante da produção, que expressa a identidade comunitária, que supõe uma intencionalidade e um modelo social de desenvolvimento. Desenvolvimento que é entendido para além do fenômeno econômico, como um aspecto da criação contínua do homem em todas as suas dimensões, desde o crescimento econômico até a concepção do sentido dos valores e metas na vida.

Caro(a) educador(a), veja trecho de uma entrevista dada pelo professor Ladislau Dowbor* (2010), que nos ajuda a refletir sobre a questão do trabalho.

A exclusão produtiva e a desigualdade andam de mãos dadas

Qual é o principal desafio do mundo do trabalho, hoje, no cenário de economia globalizada?

A inclusão produtiva. O Banco Mundial estima que quatro bilhões de pessoas, dois terços da população do planeta, estão fora dos benefícios da globalização. É um sistema perverso, que gera tecnologias avançadas na ponta e consumo sofisticado por parte de um terço das pessoas ao redor do globo.

Em diversas partes do mundo, grandes corporações compram imensas áreas de terras para especulação, planos de monoculturas e pecuária extensiva. O resultado é que o mundo rural está sendo privado de sua função produtiva. A especificidade da agricultura tradicional é morar no lugar em que se trabalha. Nas últimas décadas, em particular na segunda metade do século passado, houve um enorme êxodo rural.

Do mesmo modo, 300 milhões de pessoas que se ocupavam da pesca artesanal, assegurando alimentos para a população costeira, estão perdendo

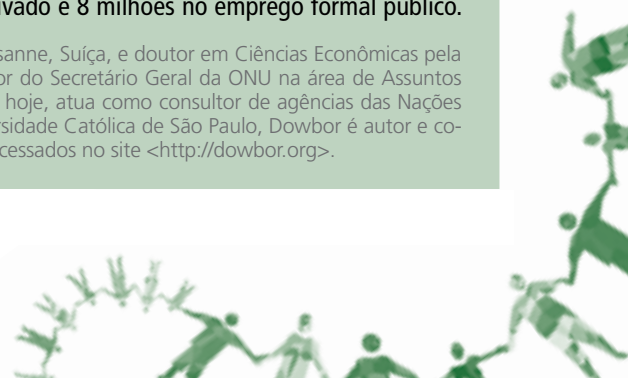
seu ganha-pão. A pesca oceânica industrial está liquidando as reservas pesqueiras e, em algumas regiões, predominam as *fish farms*, fazendas aquáticas que usam pouquíssima mão de obra e direcionam seus produtos a mercados sofisticados.

Esses são exemplos de processos em que as tecnologias avançam muito e, por mecanismos econômicos, servem a quem tem capacidade de compra, e não a quem precisa. A exclusão produtiva e a desigualdade andam de mãos dadas.

A modernização tecnológica é o mecanismo gerador da informalidade?

Ao serem excluídas dos processos que usam modernização tecnológica mais avançada, as pessoas tentam sobreviver da maneira que podem. No Brasil, temos 190 milhões de habitantes, sendo 100 milhões na população economicamente ativa. Deste total, 35 milhões estão no emprego formal no setor privado e 8 milhões no emprego formal público.

* Ladislau Dowbor é formado em economia política pela Universidade de Lausanne, Suíça, e doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia. Foi consultor do Secretário Geral da ONU na área de Assuntos Políticos Especiais, assessor técnico de diversos projetos das Nações Unidas e, hoje, atua como consultor de agências das Nações Unidas, governos e empresas. Professor de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dowbor é autor e co-autor de mais de 40 livros. Seus artigos, estudos técnicos e livros podem ser acessados no site <<http://dowbor.org>>.



Apesar do imenso esforço feito nos últimos anos, mais de 40% da população economicamente ativa continua no setor informal. Na América Latina, a média é de 50%. Na África, chega a 70%.

A tecnologia, em si, é boa, porque permite fazer mais com menos recursos. Mas se você não redistribui o acesso à tecnologia, não reorganiza as relações sociais de produção em função das mudanças das bases produtivas, gera processos desastrosos. O problema do emprego não é isolado. Se você está impossibilitado de ter um mecanismo formalizado para ganhar o pão de sua família, está fora não só do setor econômico, mas da sociedade. Isso causa uma série de tensões políticas, culturais e psicológicas.

Como a problemática ambiental se insere nesse processo?

As tecnologias permitem extrair petróleo em ritmo tão acelerado que, em poucas décadas, toda a base do sistema energético será colocada em cheque. Em 200 anos, teremos liquidado esse recurso, assim como estamos acabando com os minerais preciosos, as florestas e o solo fértil do planeta. Outro vetor de agravamento é a água, já chamada de ouro azul, que está se tornando escassa, entre outras razões, em decorrência das novas tecnologias de extração de águas profundas nas grandes reservas freáticas do planeta.

A mudança climática agrava esses processos, gerando uma tensão muito forte entre a base rural do planeta, que ainda representa 50% da população mundial, e a dominância urbana. Estão sendo destruídas as bases produtivas das populações que buscam as cidades como refúgio, formando cinturões de miséria em torno das grandes metrópoles. Há uma convergência de crises, uma situação catastrófica no eixo desigualdade e exclusão produtiva e nos processos ambientais. [...]

Quando fala da inclusão produtiva, o senhor dá foco à área rural. Por quê?

Porque o setor ainda é o grande empregador mundial. A Europa mostrou muito bem que o suporte à agricultura familiar pode tornar a agricultura imensamente produtiva. Para gerar um emprego, a soja precisa de 200 hectares de terra. A mesma área ocupada pela policultura familiar – vale lembrar que 70% dos alimentos, no Brasil, vêm da policultura familiar – gera vários empregos para os integrantes de um núcleo familiar, além de usar mão de obra complementar.

Além de generalizar a tecnologia para o mundo rural, temos que incentivar a pesca artesanal e costeira e fortalecer o sistema de apoio à micro e pequena empresa. A garantia do direito de ganhar a vida produtivamente gera impacto positivo sobre todas as dimensões do desenvolvimento.

Como o senhor vê a Lei do Microempreendedorismo Individual e a possível criação do Ministério do Empreendedorismo?

São inícios. A lei surgiu para criar alternativas à informalização. Eu trabalho com o eixo proposto no documento Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local, no sentido de que cada município tem que criar capacidade de gestão. Os sistemas de desenvolvimento local são essenciais: há terra parada, gente passando fome e desempregados, é preciso estudar os recursos de maneira inteligente e colocá-los para funcionar.

A economia solidária, as cooperativas, o empreendedorismo fazem parte da diversificação gradual das relações de produção de uma sociedade que está se tornando mais complexa. Isso é positivo. Mas temos pela frente um desafio evidente, que é a redução da jornada de trabalho. As tecnologias permitem sair da situação absurda em que vivemos, onde um segmento da sociedade não vive porque trabalha demais e outro se desespera pela falta de emprego. Daí a importância em serem compartilhadas.



2. ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA

Como colocar em prática então essa educação socialmente produtiva? Esta pergunta nos revela a necessidade de refletirmos mais sobre a relação entre o trabalho, a economia e a educação.

Segundo Moacir Gadotti*, já nos anos de 1980, os envolvidos com a Educação Popular se apoiavam no trabalho como princípio educativo. Na Educação de Adultos, a alternância entre estudo e trabalho se constituía no fundamento de toda proposta pedagógica. Havia o entendimento de que o trabalhador não podia parar de trabalhar para estudar. Então, não bastava promover a conscientização e a organização popular. Era preciso associar a consciência crítica e organizativa, ao produtivo, ao trabalho e à renda. E começaram pela associação da educação comunitária com a economia popular, inspirados, sobretudo, nos trabalhos do economista chileno Luís Razeto. Este entendia a economia popular como um fenômeno que estava se generalizando na América Latina em função das profundas transformações em curso. Naquele contexto, referiam-se a processos conhecidos como “economia informal”, “estratégias de subsistência”, “economia subterrânea” e outros similares.

Luís Razeto (1993, p. 34) incluía, no conceito de economia popular, diferentes estratégias de sobrevivência e de subsistência e estratégias de vida, tais como: microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios; organizações econômicas populares; iniciativas individuais não estabelecidas e informais; atividades ilegais e pequenos delitos.

Caro(a) educador(a), podemos afirmar que os termos “subterrânea” ou “invisível”, muitas vezes atribuídos à economia popular, revelam, na verdade, a incapacidade de os governos e de a economia “oficial” reconhecerem um fenômeno que, desde aquela época, não era nada oculto, e que mostrava, isso sim, a histórica ausência de políticas públicas que dessem respostas às necessidades de significativa parcela da população. O problema existia e existe, estava e está escancarado. Os governos que não estiveram comprometidos com as necessidades da maioria da população e afinados com o capitalismo não apresentavam e não apresentarão respostas para essas

demandas. O próprio sistema capitalista, por suas características, não coloca como problema e nem toma para si a busca de solução para a miséria e as precárias condições de vida da classe trabalhadora. Uma economia popular e solidária nasce em confronto e contraposição ao modelo de economia capitalista e depende da consciência crítica, da capacidade de articulação e organização social para ser fortalecida e consolidar a construção de uma economia popular, justa e solidária. O Instituto Paulo Freire vem se envolvendo com essas questões desde a sua fundação, há vinte anos, com a participação do próprio Paulo Freire. A seguir, um pouco dessa história.

Em 1989, por meio da Associação Internacional de Educação Comunitária, Moacir Gadotti, Francisco Gutiérrez, Luís Razeto, Cruz Prado, Xabier Gorostiaga e outros, iniciaram um programa de economia popular para a América Latina envolvendo diversos países em torno do que chamavam de Fator C: cooperação, responsabilidade, comunicação, comunidade... elementos constitutivos das organizações econômicas populares, cujas palavras começam com a letra “C”.

Foi organizado um programa para o primeiro quinquênio (1990-1995) com base em dois eixos:

Organização popular comunitária. Esse eixo consistia no resgate do comunitário com ênfase no redescobrimto e ressignificação das raízes das culturas autóctones. Dentro deste campo, foi dada especial ênfase às relações com os movimentos sociais, às alternativas frente ao poder local, aos aspectos legais da organização popular comunitária, que devia desenvolver-se considerando alguns princípios educativos básicos, tais

*Texto de autoria de Moacir Gadotti, adaptado para este caderno por Ângela Antunes.



Economia Solidária

como: participação, motivação, diálogo, descentralização e as relações no interior da própria organização e desta com outras organizações.

Economia popular de solidariedade. Manifestada por meio de alguns traços e características que fazem do homem e da mulher os sujeitos do processo produtivo-educativo. Uma economia de dimensão humana que resgatava valores do chamado “Fator C” (cooperação, comunidade, coletividade, colaboração, coordenação e co-gestão), integrando os elementos produção, organização e educação.

Moacir Gadotti esclarece que o programa foi debatido com Paulo Freire, que se mostrou bastante entusiasmado com o resultado da discussão e das propostas apresentadas e escreveu uma carta para introduzir o documento final que foi denominado de Programa Latino-americano de Economia Popular e Educação Comunitária. Nessa introdução, Paulo Freire afirma que a economia popular “representa algo novo e esperançoso para o futuro da educação popular da América Latina” e para uma “nova ordem econômica mundial”. Ele chamou a atenção para um ponto importante da metodologia do novo programa: “considero que a partir de uma nova prática econômica teremos que elaborar uma teoria do conhecimento que fundamente e fortaleça uma vida cada vez melhor para os setores populares”. Paulo Freire manifestava uma preocupação especial com a sistematização das práticas da economia popular e indicou, na época, os nomes de dois educadores populares que admirava muito: Oscar Jara (1994), da ONG Alforja (Costa Rica) e Sérgio Martinic (1998), do Centro de Investigação e Desenvolvimento da Educação (Cide), do Chile, para realizar o trabalho.

Aos poucos, a partir dos anos de 1990, outras expressões foram incorporadas, dando ao conceito de economia popular denominações distintas, mas inseparáveis, tais como “economia social”, “socioeconomia”¹, “humanoeconomia”, “economia popular solidária”, “economia de proximidade”, “economia de comunhão”, “economia da dádiva”²... todas elas associadas às ideias de comércio justo, autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, sustentabilidade, desenvolvimento integral, compromisso social.

O que havia de comum era a associação a uma “outra economia”, uma economia dos debaixo, articuladas com um projeto de sociedade que implicava novos valores, acentuando o papel da Educação Popular em seu caráter participativo, contestatório e alternativo.

No livro *Educação comunitária e economia popular* (GADOTTI; GUTIÉRREZ, 1993), as ideias iniciais sobre a economia popular, trabalhadas na Associação Internacional de Educação Comunitária, influenciaram os projetos do recém-criado Instituto Paulo Freire (1991), principalmente na área de Educação de Jovens e de Adultos, que incluíram, a partir de então, o tema trabalho e renda, consumo responsável, desenvolvimento sustentável e economia solidária.

Educador(a), considerando que os alunos da EJA fazem parte do público que, certamente, muito se beneficiaria de ações e políticas públicas relacionadas à economia solidária, é fundamental não perdemos essa história e estarmos conectados às reflexões atuais em torno dessa questão, conhecermos as experiências desenvolvidas nessa perspectiva,

relacionando nossa prática pedagógica ao mundo do trabalho. A seguir, vamos tratar um pouco mais da economia solidária nos tempos atuais. Você tem familiaridade com siglas como CNES, Conaes, FBES, Pronades, EES? Elas fazem parte do universo vocabular de quem está envolvido nessa luta. Vamos conhecer algumas delas?

A partir de 2003, o governo federal, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vem formulando políticas públicas visando a dar respostas para o desafio da inclusão social, da geração de trabalho e renda para tirar da miséria milhões de famílias brasileiras. A partir dessas políticas, o governo federal

1. “Adotamos este termo socioeconomia porque ele designa a subordinação da economia à sua finalidade, que é prover, de maneira sustentável, as bases materiais para o desenvolvimento pessoal, social e ambiental do ser humano” (POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL, 2000, p. 5).

2. A economia da dádiva (*gift economy*) é aquela baseada numa ação que não visa à qualquer forma de recompensa. Ela é inteiramente gratuita e implica, segundo Noëlle Lechat e Valmor Schiochet (apud CATTANI, 2003, p. 85), “a existência de uma economia não mercantil, onde não há fixação de preços nem pagamento em dinheiro. Tampouco se trata de trocas imediatas de objetos ou serviços considerados partes como equivalentes. A dádiva é, ao mesmo tempo, obrigatória e espontânea, gratuita e interessada, incondicional e condicional”. No fundo, a única obrigação de quem recebe uma dádiva é retribuir na mesma medida.

vem estimulando municípios e estados a também desenvolverem programas nessa área. Esse movimento vem criando diferentes canais para dar concretude ao compromisso social e político com a economia solidária e vem trazendo à tona siglas, palavras e expressões que antes, ou eram totalmente desconhecidas por nós, ou pouco faziam parte do nosso cotidiano e, agora, estão cada vez mais presentes em nossas vidas. Vejamos algumas delas: cooperativa, cooperativismo, solidariedade, autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, sustentabilidade, bem-viver, desenvolvimento integral, compromisso social, comércio ético e justo, bancos comunitários e fundos rotativos, feiras de trocas, rede de gestores públicos de economia solidária, empreendimentos econômicos solidários, organizações coletivas de geração de trabalho e renda, clubes de trocas, empresas autogestionárias etc.

Dentre as instituições, fóruns e programas relacionados a esta nova área, podemos destacar: Secretaria Nacional de Economia Solidária, no Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes); Conselho Nacional de Economia Solidária (Conaes); Conferência Nacional de Economia Solidária (PCCS); Produção, Comercialização e Consumo Solidários (CNES); Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (Pronades); Sistema Estadual de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Secafes); Superintendência Regional de Trabalho e Emprego (SRTE); Sistema Nacional de Finanças Solidárias (SNFS); Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA); Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SNCJS); Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); Fórum Estadual de Economia Solidária (Fees); Fórum de Articulação do Comércio Ético e Solidário (Faces); Empreendimentos de Economia Solidária (EES).

No contexto atual, como devemos compreender a economia solidária? O que a caracteriza?

Segundo Moacir Gadotti, hoje, a economia solidária destaca-se como um rico processo em curso regido pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão social³ e da emancipação. Ela representa uma grande esperança de transformação do modo como produzimos e reproduzimos nossa existência no planeta⁴:

[...] a economia solidária é um movimento de alcance global que nasceu entre os oprimidos e os velhos e novos excluídos, aqueles cujo trabalho não é valorizado pelo mercado capitalista, sem acesso ao capital, às tecnologias e ao crédito. É deles e dos ativistas e promotores da economia solidária, que emerge a aspiração e o desejo de um novo paradigma de organização da economia e da sociedade.⁵

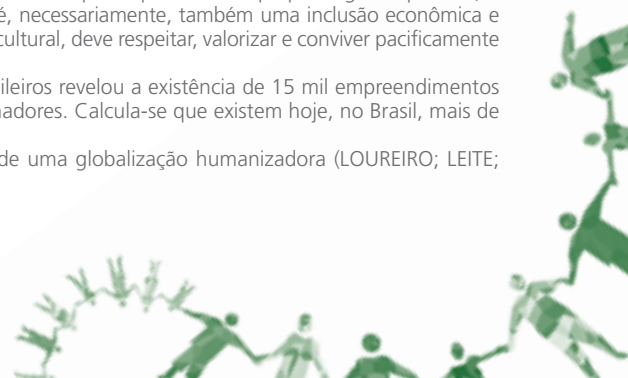
A economia solidária não se resume a um produto, a um objeto ou a um serviço. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um conceito. A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. Implica comércio justo, cooperação, segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável, produção sem sofrimento de pessoas ou de animais.

Ela pode ser compreendida, também, como um jeito de fazer a atividade econômica de produção (baseada na democracia e cooperação); um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho)

3. O conceito de **inclusão social** é controverso. Não basta incluir. É preciso saber onde e como incluir. Não há solução se pensamos apenas na inclusão na sociedade que aí está. Incluir na esfera do capitalismo – que é um modo de produção essencialmente exclusivo – é uma contradição evidente. Estaríamos tentando resolver um problema criado pelo capitalismo apenas por meio de própria lógica capitalista, o que seria insuficiente. Na verdade, a inclusão social não é unicamente social. Ela é, necessariamente, também uma inclusão econômica e tecnológica e cultural. Numa ótica transformadora, a inclusão com qualidade sociocultural, deve respeitar, valorizar e conviver pacificamente as diferenças e, ainda, possibilitar maiores esperanças de emancipação.

4. Veja-se Cattani (2003). Em 2005, um mapeamento em 2.274 municípios brasileiros revelou a existência de 15 mil empreendimentos de economia solidária envolvendo um milhão e duzentos e cinquenta mil trabalhadores. Calcula-se que existem hoje, no Brasil, mais de 22 mil empreendimentos solidários.

5. Grupo de Trabalho de Economia Solidária. Economia solidária, fundamento de uma globalização humanizadora (LOUREIRO; LEITE; CEVASCO, 2003, p. 162).



Economia Solidária

produtos locais, saudáveis, da economia solidária, que não afetem o meio ambiente, que não tenham transgênicos (produtos geneticamente modificados) e nem beneficiem grandes empresas capitalistas; um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado na concentração de renda e poder, nem nos latifúndios (grandes propriedades de terra) e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e de preservação ambiental e dos direitos humanos (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011a, p. 5).

Segundo Luiz Inácio Gaiger, em apresentação realizada no III Encontro Matogrossense de Educação e Sócio Economia Solidária (EMESOL), em Tangará da Serra, Universidade

Estadual do Mato Grosso, em outubro de 2005, os Empreendimentos de Economia Solidária se diferem das empresas capitalistas, dentre outros, pelos seguintes aspectos: capital a serviço do trabalho; igualdade frente aos meios de produção; superação estrutural da subordinação do trabalhador; vínculo entre as dimensões econômica e social; presença da ética na esfera econômica. Em relação aos fatores que interferem na criação de empreendimentos solidários, ele destaca: presença de setores populares com experiência em práticas associativas, comunitárias ou de classe; existência de lideranças e organizações populares genuínas, vincadas nos movimentos de ação direta e nos sistemas de representação de interesses coletivos; compatibilidade entre a economia associativa e as práticas costumeiras de economia popular; presença de entidades e grupos de mediação, aptos a canalizar as demandas populares para a economia solidária, a redução efetiva, para os trabalhadores em causa, das modalidades convencionais de subsistência; cenário político e ideológico favorável, com permeabilidade dos movimentos sociais e da institucionalidade política. Como benefícios das experiências de Economia Popular Solidária, cita: sobrevivência imediata, subsistência material, aumento da renda familiar, reinserção social, reativação da vida comunitária, qualificação técnica e profissional, desenvolvimento da auto-gestão, desenvolvimento do espírito democrático, participação na sociedade, consciência social e política.

Em relação ao potencial educativo da economia solidária, podem ser destacados: o aprendizado fica com os trabalhadores, o aprendizado é compartilhado, o protagonismo dota as práticas de sentido e significado, os significados geram vivência comprometida com relações de solidariedade e os educandos tornam-se sujeitos de sua educação. A respeito dos agentes externos que interferem nos empreendimentos de economia solidária ressalta: a importância de compreenderem-se como parte de um processo social, os agentes não foram formados e preparados dentro de uma outra economia, desafio de reduzir o déficit de protagonismo econômico dos trabalhadores, ultrapassar o limiar das ações de escala, multidimensionais, os riscos da sobrecarga ideológica e da hiperpolitização, a ausência de tradição e uma verdadeira prática de trato com a esfera pública. Para Gaiger (2005), são desafios da economia popular solidária: integração econômica entre os Empreendimentos de Economia Solidária, estruturas de escoamento, comercialização e troca, espaços comuns de formação, debate e intercâmbio, política de suportes financeiros, geração e disseminação de tecnologias apropriadas, alternativas adequadas à formalização desses empreendimentos.



1º Encontro de Educandos e Educandas, em Mossoró, RN. 2011

Exemplos das práticas na economia solidária

Para ficar mais claro como a economia solidária está presente em nosso dia a dia, destacaremos alguns exemplos que nos ajudam a reconhecer estas práticas:

Empreendimentos de Economia Solidária (EES) – grupos produtivos coletivos por meio dos quais as pessoas, em união, organizam o trabalho, decidem juntas seu caminho, dividem os resultados sem patrão, nem empregados, respeitando o meio ambiente e suas diferenças de crença, de gênero, de raça e etnia. Podem estar ou não com registro, por exemplo, formalizadas em cooperativas e associações, e mesmo grupos informais. Os empreendimentos de economia solidária podem exercer qualquer tipo de atividade econômica, no campo ou na cidade, como: catadores de materiais recicláveis, produção de alimentos saudáveis e agroecológicos (como verduras, legumes, temperos e refeições), confecções, artesanato, calçados, móveis, utensílios, artesanato, produtos de limpeza e higiene, materiais de construção, prestação de serviços. Também podem ser grupos sociais minoritários organizados coletivamente, como comunidades tradicionais e de fundo de pasto, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pessoas com deficiência.

Redes de produção, comercialização e consumo – as pessoas se organizam para melhorar seu trabalho, realizar compras, melhorar a qualidade do produto, fazer cursos e atividades educativas. No consumo, as pessoas se unem para comprar alimentos e produtos produzidos pela própria economia solidária, com melhor qualidade e um valor acessível. Na

venda, organizam-se para comercializar em conjunto, participar de feiras e acessar mercados justos e solidários.

Bancos comunitários e fundos rotativos da própria comunidade, feito pelas pessoas e sem depender de grandes bancos.

Feira de trocas – as pessoas organizam o mercado local para a circulação da produção e do consumo, com uso de uma moeda criada pelos participantes, a chamada moeda social.

Empresas recuperadas autogestionárias – quando os(as) trabalhadores(as) se organizam para manter seus postos de trabalho e a garantia de seus direitos, em situação de falência da empresa. Deixam de ser empregados(as) com patrão, para se tornarem cooperados(as), com gestão igualitária e coletiva do trabalho.

Entidades de apoio e assessoria – desenvolvem diversas ações para apoio direto junto aos empreendimentos de economia solidária, como capacitação, assessoria, pesquisa, acompanhamento, fomento a crédito, assistência a técnica organizativa.

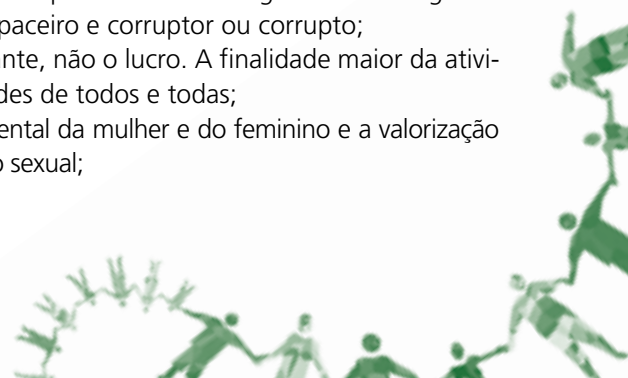
Rede de gestores públicos de economia solidária – gestores de nível municipal, estadual ou federal, organizados e representados em rede, que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas públicas de economia solidária.

Associações e entidades de representação dos empreendimentos de economia solidária. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2011a, p. 5 e 6).

Quais são os princípios da economia solidária?

São dez os princípios da economia solidária:

- Autogestão. Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa;
- Democracia. A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital;
- Cooperação em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, frequentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto;
- Centralidade do ser humano. As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas;
- Valorização da diversidade. Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou orientação sexual;



Economia Solidária

- Emancipação. A Economia Solidária emancipa, liberta;
- Valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular;
- Valorização da aprendizagem e da formação permanentes;
- Justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana;
- Cuidado com o Meio Ambiente e responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico, estimula a criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma, afirmam a vocação local, articulada com uma perspectiva mais ampla, nacional e internacional (BRASIL, 2007, p. 33).



3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Caro(a) educador(a), como vimos, está entre os princípios da economia solidária o cuidado com o meio ambiente para a promoção do bem-viver. O que entendemos por meio ambiente? Como educar para o bem-viver? Há uma pedagogia apropriada a essa educação?

A economia solidária, ao estabelecer o cuidado com o meio ambiente como um dos seus princípios, estabeleceu relação, desde seus primórdios, com os temas da ecologia, do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade, da ecopedagogia. Essa incorporação representa uma possibilidade de ampliação do âmbito dos empreendimentos de socioeconomia solidária, assim como ocorreu com a incorporação do enfoque de gênero, o enfoque dos direitos humanos e da defesa do controle social local. **Sustentabilidade** e **solidariedade** são temas emergentes e convergentes.

Destacamos a ambiguidade que cerca o conceito de desenvolvimento sustentável. Como tem insistido o teólogo Leonardo Boff, o conceito de desenvolvimento origina-se numa economia excludente e a sustentabilidade, no paradigma includente da ecologia.

Desenvolvimento sustentável e economia solidária, como conceitos, seriam antagônicos? A ambiguidade começa já no próprio conceito de desenvolvimento sustentável. Esse conceito de desenvolvimento sustentável tem a ver com o que Maurice Strong chamou, na Cúpula da ONU de 1972 (Estocolmo) de “ecodesenvolvimento”, um desenvolvimento voltado para o bem-estar das pessoas, que satisfaça as necessidades humanas sem destruir o meio ambiente (crescer e preservar), um conceito recriado, mais tarde, por Ignacy Sachs (1986) em seu livro *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*.

Para ser sustentável, o desenvolvimento precisa ser ambientalmente correto, socialmente justo, economicamente viável e culturalmente respeitoso das diferenças. Ele supõe, portanto, que existam diversos modos sustentáveis de viver. A fórmula correta seria viver feliz, **bem-viver**, viver plenamente, em harmonia com o meio ambiente, sem destruí-lo. Como diz Luís Razeto (2001, p. 60),

[...] enfrentar a deterioração ecológica não se alcança simplesmente detendo o crescimento da economia atual, pois, mesmo deixando de crescer, continuaria gerando graves desequilíbrios meio-ambientais no nível no qual são produzidos atualmente ou, quem sabe, ainda mais agravados [...]. É evidente que recuperar o meio ambiente supõe abundantes atividades econômicas novas, que devem ser implementadas conforme a lógica de uma economia ecologicamente apropriada.



Horta comunitária, Polo Ceará. 2011

Quando associamos a **economia solidária** ao **desenvolvimento sustentável**, e mais precisamente à vida sustentável, é porque entendemos a sustentabilidade como o sonho de bem-viver, o equilíbrio dinâmico com o outro e com a natureza, a harmonia entre os diferentes, princípios perseguidos também pela economia solidária. Para nós, sustentabilidade implica respeito à vida, cuidado para com o planeta e para com toda a comunidade da vida, começando por nossas atividades cotidianas, para sermos coerentes. Ela se opõe a tudo o que sugere egoísmo, individualismo, injustiça, dominação política e exploração econômica.

Cuidar do meio ambiente significa cuidar apenas da natureza? Há relação entre o ambiental e o social, o econômico, o político, o cultural? Como isso se dá?

A dimensão ambiental não está dissociada de outras dimensões como a cultural, a política, a social, a econômica. Elas se inter-relacionam. Se, por exemplo, numa determinada região será instalada uma mineradora, a princípio, os trabalhadores podem se entusiasmar porque logo pensam que esse fato gerará emprego para muitas pessoas e desenvolvimento econômico na região. Mas vários aspectos precisam ser cuidadosamente pensados e acompanhados. Em que região a mineradora será instalada? Quais impactos ambientais essa mineradora gerará? A população afetada será consultada e devidamente orientada ou indenizada justamente caso sejam necessárias desapropriações? Haverá destruição da fauna e da flora locais? Há moradores da região que vivem da pesca ou da caça? O trabalho e a renda deles serão afetados? A empresa adotará todas as medidas necessárias para não degradar o meio ambiente e não interferir negativamente na qualidade de vida das pessoas da região? Haverá controle social e fiscalização para que as orientações legais e jurídicas sejam cumpridas? A empresa abrirá estradas para escoar a produção? As estradas abertas passarão pelas comunidades ou pelas cidades? De que forma essas novas estradas interferirão no modo de vida das pessoas e também dos animais? Haverá um aumento de atropelamento de pessoas e animais? Aumentará a circulação de automóveis e caminhões? Aumentará o barulho? Haverá muita poeira? Aumentará a poluição causada pelo tipo de minério que será explorado e transportado? A mineração acarretará problemas de saúde à população: problemas respiratórios, auditivos? A biodiversidade da região será afetada? Com a construção da infraestrutura para a exploração dos minérios, quantos trabalhadores serão necessários? Se, na fase inicial, precisarem de muitos trabalhadores e, depois, quando a empresa estiver em funcionamento, esse número se reduzir a uma porcentagem muito menor, o que será da vida daqueles que, após se instalarem na cidade e viverem dois ou três anos no lugar, já não encontrarem mais trabalho na empresa? Trata-se de uma região com poucos habitantes, onde as pessoas se conhecem, com pouco movimento e circulação de pessoas estranhas, que, de repente, passará a conviver com um número significativo de gente de fora? Que tipo de impacto isso pode gerar? Haverá risco de exploração sexual de adolescentes e jovens? Poderão ser criadas zonas de prostituição? Drogas começarão a circular pela região? Haverá risco de os trabalhadores envolvidos com a obra, por estarem mal instalados, convivendo de forma precária, longe de suas famílias e do seu lugar de origem, com hábitos culturais e valores diferentes, envolverem-se com alcoolismo, outras drogas, com brigas, criando um clima de violência nunca antes presenciado no local? Enfim, pelo exemplo, podemos perceber que o econômico (instalação de uma empresa que vai gerar empregos) está associado ao político e ao ambiental (controle social, garantia de direitos, leis que protegem o meio ambiente e as pessoas, lisura dos poderes executivo, legislativo e judiciário), ao social e cultural (interferência no modo de vida das pessoas), ao bem-viver (saúde, preservação de todas as formas de vida) etc.

A economia solidária traz em si uma racionalidade oposta à que fundamenta a economia capitalista. Se é que podemos afirmar que existe alguma racionalidade numa sociedade que se organiza de forma a deixar que 20% da população mundial se aproprie de 80% da riqueza da Terra. Quanto de razão há no modo de produção que distribui fome, miséria, degradação humana e ambiental?

Buscamos outra racionalidade e esta nova forma de existência implica aprendizado. O lugar onde vivemos – nosso espaço de trabalho, nosso bairro, nossa casa, nosso município – pode ser transformado. Podemos modificar os centros urbanos, as periferias, o campo, a zona rural num lugar de vida comunitária em que a corresponsabilidade pela criação da “vida que se vive” é construída solidária e democraticamente em todas as suas dimensões: cultural, econômica, social, política, ambiental etc.

Como educar para a economia solidária? Para uma vida sustentável? Para o bem-viver? Há uma pedagogia apropriada?

A sobrevivência do planeta Terra, da nossa morada, de nós mesmos depende de uma consciência socioambiental e a formação dessa consciência depende da educação. E essa educação pressupõe uma pedagogia



Educandos em visita ao mangue, pesquisa sobre o meio ambiente, no Polo Rio de Janeiro.

pensar os princípios de convivência, a gestão democrática, o currículo, a avaliação, o projeto educacional que desenvolvemos. Ela busca superar a lógica racional, hierárquica e dominante por uma outra ordem, mais intuitiva, processual e relacional. Ela visa a desnaturalizar o modo de vida que declara guerra cotidiana ao planeta e a nós mesmos. Em nome do capital não se pode aceitar tudo: tráfico de drogas e de órgãos, exploração sexual de crianças, destruição da natureza... O processo educacional, na perspectiva da ecopedagogia, busca desnaturalizar o individualismo, a competição, a indiferença, a exclusão, a guerra etc. Todos somos responsáveis, educadores e educadoras.

apropriada: a ecopedagogia. Ela tem como objetivo promover a aprendizagem do “sentido das coisas a partir da vida cotidiana”, como dizem Francisco Gutiérrez e Cruz Prado (1998) em seu livro *Ecopedagogia e cidadania planetária*, visando à formação de uma cosmovisão ecológica, buscando a integração entre ser humano, outras formas de vida, desenvolvimento e respeito à morada que compartilhamos, a Gaia. Um profundo trabalho pedagógico a partir da vida cotidiana, da subjetividade, da Leitura do Mundo de cada contexto, nas suas diferentes dimensões (política, cultural, econômica, social, ambiental), da relação entre o mais próximo e o mais distante (estamos interconectados), entre as temáticas que são comuns e gerais ao Planeta (nossos mares, nossas florestas, nosso espaço sideral etc.), pode contribuir para alcançarmos este nível de conscientização (consciência + ação).

A ecopedagogia implica, entre outros aspectos,

Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES)

A Rede foi constituída em junho de 2000 no Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária realizado em Mendes, no RJ, com organizações de economia solidária das diversas regiões do País. Ela é um bloco histórico em formação, confrontando o sistema e a globalização capitalista, tendo um projeto de construção, de baixo para cima, da socioeconomia solidária, afirmando os valores do trabalho emancipado, propriedade e gestão cooperativas dos meios de produzir as riquezas e reproduzir a vida, a constituição de sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal e social e o combate a toda forma de opressão e exploração econômica, política e cultural. A RBSES não disputa a representação deste bloco histórico, sendo simplesmente uma parte dele, interligada de forma colaborativa e mesmo confrontativa com outras partes deste mesmo bloco.

O que a RBSES busca:

- intervir em todo o processo econômico;
- construir cadeias produtivas integradas vertical e horizontalmente, com redes de produtores e

consumidores, que atuam de forma cooperativa e solidária, e constituem um espaço crescente de socioeconomia solidária no interior do próprio capitalismo em oposição a ele;

- integrar produção, comercialização, consumo, crédito como um sistema harmônico e interdependente, coletivamente/democraticamente planejado e gerido, que serve ao objetivo comum de responder às necessidades de sobrevivência e reprodução sustentável da vida de todas as cidadãs e cidadãos em todas as suas dimensões, inclusive, nos âmbitos da cultura, arte e lazer;
- organizar e fortalecer redes locais, regionais, nacional e global que articulem empreendimentos de socioeconomia solidária, articulando e integrando as diversas práticas de socioeconomia solidárias, movimentos populares, sindicais e demais organizações da sociedade civil que compartilham o espírito da solidariedade;
- criar selo de qualidade, logomarcas e outros instrumentos que fortalecem a identidade da rede e a confiança do consumidor;

Economia Solidária

- criar instrumentos de comunicação, financiamento, capacitação tecnológica e integração dos saberes internos às redes;
- maximizar o uso e a extensão da informática para fortalecer a comunicação, com a difusão de programas livres e solidários e a criação ou reforço de portais na Internet;
- multiplicar formas de comunicação;
- atuar na educação de produtores e consumidores;

- resgatar os saberes presentes nas diversas ações de economia popular;
- criar e apropriar-se de novas tecnologias sustentáveis;
- viabilizar a autogestão coletiva.

As redes de economia solidária integram empreendimentos e organizações locais, que podem conformar fóruns e redes estaduais e estabelecer comissões em diversos âmbitos, inclusive de caráter regional e nacional.



4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO PRÁXIS PEDAGÓGICA

Uma das características mais marcantes da economia solidária é o seu sistema de **gestão**, nitidamente distinto do setor privado capitalista. A gestão capitalista está ligada ao acúmulo do capital e ao lucro, ao passo que a gestão solidária está ligada à melhoria da qualidade de vida dos associados, ao empreendimento econômico solidário, a um modo de vida sustentável e ao bem-viver da população. São princípios ético-políticos antagônicos aos da gestão dos negócios capitalistas que não beneficia a todos, mas a seus proprietários. Entendemos por **empreendimento econômico solidário** aquela atividade econômica de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de **autogestão**. Os empreendimentos solidários distinguem-se dos empreendimentos capitalistas porque têm uma gestão democrática, relações intersubjetivas de trabalho, trabalho em rede, participação cidadã, mutualismo, respeito aos direitos sociais e trabalhistas e superação do trabalho alienado.

Por isso, na autogestão, a formação para a gestão não é um *processo educativo* restrito ao setor administrativo. A formação para a gestão em empreendimentos autogestionários dirige-se ao conjunto das pessoas ligadas ao empreendimento, embora tenha que existir formação específica e profissional para certos quadros institucionais de acordo com suas responsabilidades. Trata-se de uma **formação para a gestão colaborativa** e o trabalho de equipe. A formação se constitui numa maneira muito concreta de apoiar e dar sustentabilidade aos empreendimentos de economia solidária. Ela não se restringe a aspectos informativos e formativos, mas também a aspectos organizativos e produtivos.

Com a autogestão, todos participam das decisões independentemente da função que executam. Por isso, todos os membros de um empreendimento solidário precisam ser formados para a **gestão coletiva** do próprio empreendimento. Todos precisam de uma nova formação já que a forma como a sociedade capitalista se organiza não oportuniza uma cultura de decisão coletiva:

[...] o que define a autogestão são as relações sociais democráticas, coletivistas e igualitárias, que fazem da produção associada mais do que uma organização econômica, na medida em que se configura em um espaço privilegiado para a experimentação social e a realização de ações pedagógicas no campo político e cultural.

(XAVIER, 2008, p. 19)

As práticas de economia solidária envolvem uma **mudança cultural** que só a formação pode estabelecer. A economia solidária está fortemente ligada à necessidade de formação cultural. Trata-se de uma mudança profunda de valores e princípios que orientam o comportamento humano em relação ao que é e ao que não é sustentável. A eficiência econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais das práticas solidárias. Vivenciar a prática da economia solidária é criar condições de novas experiências pedagógicas.



O Projeto MOVA-Brasil já desenvolve experiências de economia solidária. Compartilhamos as dos Polos Bahia, Ceará e Rio de Janeiro

POLO BAHIA		
ATIVIDADE	MUNICÍPIO/NÚCLEO	COMUNIDADE
Grupo de Mulheres e Agricultura Familiar: assistência técnica, palestra e oficinas. Organização da produção e venda para o Pnae, PAA e Biodiesel	Valença/Baixo Sul	Tabuleiro do Orobó Quilombola
<p>A experiência já acontece há um ano, contudo, as iniciativas eram isoladas e amadoras. Com a implementação do Projeto MOVA-Brasil, por meio das discussões levantadas pelos(as) próprios(as) educandos(as) e mediadas pela educadora, os participantes conseguiram se organizar e agregaram parcerias. Ela partiu da necessidade de organização dos agricultores para a geração de renda. As mulheres foram orientadas a produzir para atender ao programa (Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA) e com isso melhoraram a renda familiar. A comunidade foi contemplada há pouco tempo com o programa do governo Energia para Todos, o que oportunizou ao grupo de mulheres adquirir equipamentos para melhorar a qualidade dos produtos produzidos para a merenda escolar do município. Produtos: banana, aipim, mamão, polpa.</p> <p>Atualmente, os produtos são comercializados no município de Valença. 11 educandas do Mova participam do grupo de mulheres agricultoras.</p>		
Hortas comunitárias: atividade apoiada pelo parceiro do projeto, Sr. Sávio. Recursos do Agro-amigo do BNB	Caucaia/Ceará (próximo a Fortaleza)	Matões Rua Corrupião, bairro de Matões
<p>Todos os 13 educandos da turma estão envolvidos com esta atividade, iniciada bem antes do projeto. O projeto chama-se Corrupião. Foi uma ação que começou com recursos do projeto São José e que atualmente recebe apoio do Agroamigo do BNB. Cada educando do projeto possui um pequeno espaço de terra e se envolve em sua própria produção, que é vendida na região.</p>		
Organização de cooperativa de labirinteiras: confecção de labirintos – o material foi adquirido por meio de doações do comércio local.	Icapuí/Ceará	Comunidade de Serra dos Cajuais – Icapuí
<p>11 educandas da sala, por conta de sua atuação no projeto, motivaram-se e atualmente estão envolvidas na produção de toalhas de labirinto. A cultura existia, mas estava enfraquecida. Com a chegada do projeto MOVA-Brasil, as educandas se mobilizaram e passaram a produzir, motivando hoje toda a comunidade.</p>		
Agricultura familiar	Fortaleza/Ceará	Sítio Roteador na zona rural de Pindoretama
<p>Dois educandos desta turma produzem com a família em suas terras produtos como: caju, manga, batata, mandioca. Essa produção é vendida para a o consumo na merenda escolar.</p>		

Aproveitamento de material reciclável, como garrafas pet, óleo de cozinha, entre outros, para a produção de puffs e sabão

**Rio de Janeiro/
Rio I**

Complexo do Alemão

A partir da constatação de uma realidade indigna, relacionada à moradia e às péssimas condições de vida das educandas, as monitoras do Complexo do Alemão junto às turmas, pautadas na metodologia freiriana, que fomenta a intervenção social, resolveram agir para mudar a realidade. O principal objetivo destas ações é a geração de renda para a comunidade. Com a parceria da Igreja e da Faferj, os educandos junto às educadoras da comunidade do Complexo do Alemão estão se organizando para montar uma cooperativa. Os educandos e as monitoras estão fazendo puffs com garrafas pet e sabão com aproveitamento de óleo de cozinha usado. Já existem algumas produções. A Igreja doar um galpão que servirá de espaço para a produção e venda desse material. Inicialmente, estão envolvidos no processo 15 educandos.

A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável. Por isso a economia solidária está estreitamente ligada à **educação transformadora** e à democracia econômica:

[...] o projeto proposto pela economia popular e solidária tem entre seus principais fundamentos o desafio de estruturar uma economia que se alimente da inclusão social e da distribuição de renda, em um contexto em que signifique a radicalização da democracia política na direção da democracia econômica, a única capaz de trazer soluções definitivas aos problemas sociais.

(ARROYO, 2006, p. 53)



Formação geral, em São Paulo. 2011

A **Educação Popular** e, particularmente, a sua vertente chamada de “educação popular libertadora” ou de “pedagogia libertadora”, na esteira da pedagogia do oprimido de Paulo Freire, sempre esteve presente, direta ou indiretamente, na trajetória da economia popular ou solidária na América Latina.

A Educação Popular está associada a uma história de lutas pela liberdade, pela autonomia e pelo desenvolvimento autossustentado, que valoriza a participação cidadã e a sua emancipação histórica. Os últimos sessenta anos consolidaram a Educação Popular como a concepção da educação mais importante originária da América Latina, a maior contribuição da região ao pensamento pedagógico universal.

É verdade, a Educação Popular hoje se constitui num **mosaico de teorias e de práticas**. Mas ela tem como elemento comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, portanto, com a emancipação humana. São perspectivas razoáveis, sérias, fundamentadas, cotejadas constantemente com a dureza dos fatos. Todas refletem uma recusa à educação como prática da dominação. Não uma recusa oportunista ou servil, mas uma recusa utópica e amorosa; uma recusa que aceita duvidar das próprias condições de produção científica e das

certezas alcançadas, para evitar a mistificação da razão prática. Uma série de perspectivas que coincidiram em várias opiniões, uma delas, na busca de uma ciência social e educativa integradora, radical, cognitiva e afetiva, e, ao mesmo tempo, heurística, consciente de que é impossível separar a ciência dos interesses humanos.

Plataforma da Economia Solidária

A construção da Plataforma da Economia Solidária foi iniciada na I Plenária Nacional (em dezembro de 2002 em São Paulo) e sua versão mais atual, com 7 eixos, é resultado da III Plenária Nacional de Economia Solidária, a mesma que criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O I Encontro Nacional de Empreendedores Solidários, ocorrido em agosto de 2004, enriqueceu e aprofundou aspectos dessa Plataforma, que está disponível nos Fóruns Estaduais e na secretaria executiva nacional. Abaixo, destacamos dois dos 7 eixos. Para conhecer o documento completo, ele pode ser acessado no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária: <<http://www.fb.es.org.br>>.

Economia solidária e educação

- promover a educação de novas gerações através da incorporação de programas sobre a economia solidária junto ao MEC, da pré-escola, passando pelo Ensino Fundamental, Médio, Superior e pós-graduação, introduzindo valores da cultura solidária e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade;
- financiar com linhas especiais de créditos, estudos e pesquisas mais gerais sobre o tema da economia solidária, além de trabalhos voltados ao desenvolvimento de metodologias de gestão e outras tecnologias apropriadas à realidade da mesma;
- estímulo à extensão universitária junto ao MEC, com atuação frente às questões da economia solidária, privilegiando a pesquisa, a formação e também trabalhos interdisciplinares que envolvam todos os conteúdos da economia solidária;
- formação e capacitação de profissionais, membros ou não de iniciativas solidárias, para a sua atuação na economia solidária, com financiamento público (convênios) destinadas àquelas entidades que possuem proficiência na área de economia solidária;
- subordinar o Sistema S a mecanismos de controle e estratégias tripartites, revendo suas prioridades, redirecionando recursos para a produção e sistematização de conhecimentos e tecnologias adequadas à perspectiva da economia solidária;
- adequar os programas de formação e qualificação profissional às necessidades das mulheres, tanto em termos de locais e horários de realização, como também de oferta/conteúdo de cursos oferecidos, de forma a oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres;
- elaborar uma política específica que vise estimular as meninas e as jovens para as carreiras científicas e tecnológicas, bem como garantir o apoio social e material para assegurar a permanência das mulheres pesquisadoras nas comunidades científicas em condições de equidade;
- garantir centros de referência públicos, onde sejam ofertados cursos e meios de treinamento e aprendizagem específica para agentes e atores do associativismo/cooperativismo na perspectiva da economia solidária, assegurando formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos e práticas de economia solidária;
- utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para realização de cursos profissionalizantes, com a participação não só de técnicos e empreendedores, mas também de multiplicadores e agentes da economia solidária, bem como obter apoio do Sebrae como agente formador;
- estimular os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária a entrarem nos programas de capacitação e alfabetização de jovens, adultos e comunidades que não tenham acesso ao ensino formal;
- criação de um grupo de formadores para conscientização do cooperativismo e sua importância na atualidade;
- o ensino da economia solidária deve contemplar temas transversais como gênero, raça, etnia e fazer parte dos programas de ministérios como o da Saúde, Trabalho e Meio Ambiente;
- adotar uma estratégia de formação e capacitação articulando as atividades da economia solidária, com estrutura metodológica que leva em consideração as diversidades culturais e o acompanhamento das novas tecnologias;
- criação de uma escola nacional de cooperativismo.

Redes de produção, comercialização e consumo

- desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e consumo em nível local, regional, nacional e internacional, com base nos princípios da economia solidária, propiciando autossustentabilidade às mesmas, respeitando a regionalidade dos empreendimentos e estabelecendo a equidade entre os pares, como a igualdade de gênero, raça, etnia, idade etc., garantindo a emancipação dos grupos que ainda são discriminados dentro da economia solidária;
- garantir recursos para a construção, articulação e monitoramento das redes de economia solidária, viabilizando, assim, sua integração, inclusive entre cidade e campo;
- aprofundar o debate sobre marcas e selos de certificação em sistemas participativos e o seu emprego, adaptável às realidades locais e regionais do País, facilitando o processo de identificação dos produtos e serviços da economia solidária para consumidores e consumidoras em seu ato de compra, alavancando a comercialização desses produtos no mercado nacional e internacional;
- criar mecanismos que possibilitem compras governamentais dos produtos e serviços solidários e regionalizados, com preferência em licitações, estabelecendo cotas para compras governamentais de produtos da economia solidária, como forma de

incentivo à economia solidária, possibilitando maior distribuição de renda;

- defender a produção familiar da competição desigual, por meio de uma adequada política de preços mínimos e de compras privilegiadas da produção familiar agroecológica e solidária;
- organização de cooperativas de consumo e central de compras coletivas;
- investir na formação de redes regionais de comercialização e consumo que congreguem os vários tipos de cooperativas; como exemplo, central de cooperativas coletivas;
- utilização de espaços públicos ociosos ou a construção de espaços como locais de trocas, comercialização de produtos da economia solidária e armazenamento de materiais reciclados.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) está organizado em todo o País em mais de 130 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. Ele é fruto do processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial (I FSM), que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001.



5. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Caro(a) educador(a), falamos até o momento em economia solidária. Vamos tratar, agora, da formação profissional. Ela tem sido objeto de reflexão nas turmas de alfabetização? Que concepção de educação profissional está subjacente ao Projeto MOVA-Brasil?

Uma das preocupações centrais do Projeto MOVA-Brasil é justamente a inclusão do alfabetizando no mundo do trabalho e na vida ativa como cidadão, levando em conta suas diferentes trajetórias de vida. Daí a importância de conhecer os(as) dos educandos(as), suas expectativas, suas relações sociais, seus sonhos e utopias.

A economia solidária é, certamente, um campo fundamental de trabalho e renda, mas existem outras oportunidades de emprego para quem busca se aperfeiçoar e se qualificar profissionalmente. Por isso, a formação profissional é parte importante de toda a Educação de Jovens e Adultos.

A economia solidária tem se constituído numa grande estratégia de enfrentamento do desemprego e da exclusão social. Ela também exige uma qualificação sócio-profissional específica. Para sermos coerentes com os princípios da economia solidária, essa qualificação deve respeitar os saberes produzidos pelos educandos; devemos construir a programação junto com eles e utilizar metodologias participativas. Na economia solidária, os que sabem ler ensinam aos que não sabem ler, respeita-se o ritmo de cada um, todos se sentem acolhidos. A produção associada gera valores solidários.

Na formação profissional em economia solidária, os educandos participam desde o início do processo da construção dos conteúdos, no planejamento das aulas, na execução e na avaliação do programa de formação. Os conteúdos da formação partem das experiências concretas dos educandos, sobretudo no campo da autogestão.

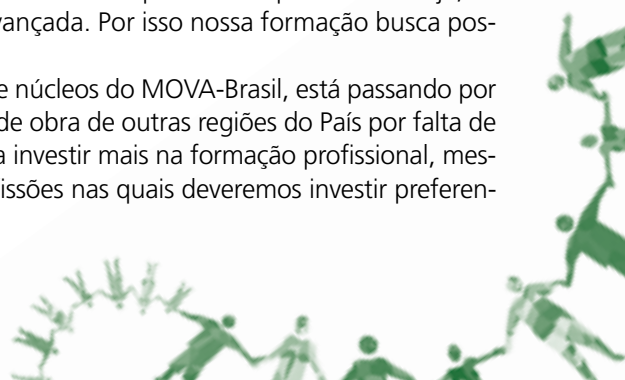
A formação profissional é tema do Projeto MOVA-Brasil desde seus primórdios. E não poderia ser diferente, considerando as demandas específicas de realidade dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. No caso do MOVA-Brasil, trabalho, emprego, renda permeiam toda a formação de alfabetizadores e de alfabetizandos, levando-se em conta a vocação de cada local (pesca, plantação de hortaliças, culinária, artesanato, mecânica, metalurgia, etc.) e possibilitando o acompanhamento de diferentes órgãos governamentais que estão à disposição para colaborar em empreendimentos desse tipo. O governo Lula avançou muito no campo da formação profissional e tecnológica.

Essa é uma demanda histórica de nossos alunos que buscam melhores condições de vida, que desejam ingressar no mercado formal de trabalho ou na economia solidária.

A concepção que fundamenta o Projeto MOVA-Brasil referencia-se no princípio da Educação Integral que não dicotomiza a formação geral da formação para o trabalho. Essa é também uma exigência central do ciclo de vida do nosso aluno, como jovem ou como adulto. A metodologia MOVA sempre valorizou os saberes, o conhecimento que nasce da prática de vida dos nossos alunos. Muitas coisas eles já conhecem e sabem fazer, entre elas: remédios caseiros, culinária, costura, artesanato, construção de suas moradias, experiências com a agricultura, o trato das sementes etc. Trata-se de partir do que já sabem – saberes de experiência feitos – para conhecer outras possibilidades. Nossos alunos ganham muito ao aprofundarem a reflexão crítica sobre suas práticas laborais. A prática é pedagógica, é formativa. O trabalho é um princípio educativo essencial do currículo de EJA.

É verdade, há desemprego, mas, paradoxalmente, há também escassez de pessoas qualificadas. Nossa concepção de formação para o trabalho está associada a uma nova qualidade: empregos mais ecológicos, mais sustentáveis, mais solidários e respeitosos das diferenças. Os jovens estão cada vez mais inclinados a trabalhar em empresas que lhes dão satisfação; que, além de um emprego, ofereçam uma causa. O futuro do emprego exigirá que os trabalhadores se qualifiquem permanentemente para novas profissões. Hoje, as pessoas permanecem ativas por mais tempo, mesmo em idade avançada. Por isso nossa formação busca possibilitar maior adaptabilidade, criatividade e crítica.

O Nordeste, região onde o Projeto concentra maior número de núcleos do MOVA-Brasil, está passando por um momento de grande expansão econômica e importando mão de obra de outras regiões do País por falta de pessoal qualificado ou semi-qualificado. Mais uma justificativa para investir mais na formação profissional, mesmo que básica. E não se trata de definir previamente quais as profissões nas quais deveremos investir preferen-



cialmente. Trata-se, sobretudo, de dar uma formação profissional geral e garantir que, localmente, pela Leitura do Mundo, possam ser atendidas realidades específicas de empregabilidade. A formação profissional não pode dissociar-se da formação geral. Esta é uma crítica frequente a alguns programas oficiais de EJA em que o atendimento à população jovem de baixa escolaridade vem se dando por meio de cursos de curta duração, dissociados da Educação Básica.

De acordo com a política nacional de integração entre a EJA e a educação profissional, o currículo desse curso deve incluir, entre outros, os seguintes temas geradores: a questão da cultura, da diversidade, da economia solidária, do emprego, da juventude, do meio ambiente, da mulher, da qualidade de vida, do consumo, da segurança, da saúde, da tecnologia, do tempo livre e do trabalho no campo.

O mundo do trabalho hoje passa muito pelo domínio das novas tecnologias, o uso do computador, o acesso à Internet, aos buscadores (Google). O computador é um facilitador da aprendizagem (saber consultar a enciclopédia *wiki*, por exemplo). O conhecimento de diversas mídias (áudio, vídeo) é um componente importante dessa formação.

Muitos centram a formação profissional no desenvolvimento de competências e habilidades. Devemos tomar cuidado para não cairmos numa visão instrumental da formação profissional. A discussão em torno das competências não é nova no campo da Educação de Adultos. O que é novo é a centralidade da noção de competência no campo pedagógico, marginalizando outras noções. Partindo da polissemia do conceito de competências, podemos fazer a crítica do modelo dominante de competências na formação para o trabalho e propor sua ressignificação a partir do pensamento crítico, contrapondo o modelo de formação mercantilista ao modelo de formação do paradigma da Educação Popular, como o faz a diretora do Instituto Paulo Freire da Itália, Sílvia Maria Manfredi, em seu livro **Qualificação e educação**: reconstruindo nexos e inter-relações, publicado em 2005 pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A partir da compreensão de que a educação é mais do que aprendizagem – é ensino e aprendizagem – deve-se mostrar como a centralidade dada à aprendizagem de competências acentua o individualismo, direção oposta à necessária formação integral do ser humano.



Educandas participando de curso de cabeleireiro, no Polo Pernambuco.

O trabalho como matriz educativa

Todo trabalho humano envolve tanto a mente quanto o corpo. O trabalho manual envolve percepção e pensamento. Nenhum trabalho é tão completamente rotinizado que possa ser executado sem que se tenha alguma forma de organização conceptual. Da mesma forma, todo trabalho mental envolve alguma atividade corporal, a qual é, em muitos casos, um aspecto vitalmente importante desse trabalho. Por mais degradado e mecânico que seja o trabalho, existe um mínimo de atividade intelectual criativa. Dominar a máquina também requer ação e, às vezes, decisão, exigindo um determinado grau de reflexão a respeito do que fazer, como resolver os imprevistos, como prosseguir.

Durante as práticas de trabalho, há produção de bens materiais, mas também construção de representações e saberes, ou seja, de habilidades técnicas, saberes sobre o trabalho e sobre as relações em que se produz o trabalho e o trabalhador. Dessa forma, o ato de trabalho constitui em si uma instância de produção-formação, em que o trabalhador articula o que-fazer com o pensar, cria sistemas, técnicas, busca

fundamentos práticos e teóricos para dar sentido à sua atividade.

Os espaços e práticas de trabalho constituem, pois, espaços privilegiados de formação e aprendizagem. Trata-se da aprendizagem de métodos, procedimentos, técnicas e rotinas de tarefas específicas que fazem parte do acervo de experiências acumuladas pelos trabalhadores, ao longo de um percurso ou trajetória profissional.

Esse processo educativo e cultural, por vezes invisível e pouco valorizado, constitui um eixo muito significativo a ser considerado, pois nos mostra que, além da formação técnico-científica que está na base da qualificação profissional, há também que se valorar e preservar o aprendizado dos saberes político-sindicais acumulados historicamente pelos trabalhadores, como sujeitos sociais, pois a cultura do trabalho/trabalhador não coincide com a cultura das empresas e dos empresários. Diferentes conotações e valências podem e são atribuídas às concepções de trabalho, disciplina, organização, controle e gestão do trabalho. (MANFREDI, 2005a).

Em 2003, no início do governo Lula, o Ministério do Trabalho e Emprego criou o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Ele tem como objetivo articular e promover a integração das ações de qualificação social e profissional do Brasil, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, visando a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico, com a formação integral e com a elevação de escolaridade dos trabalhadores, para sua inserção mais qualificada no mercado de trabalho, bem como com a redução da pobreza, com o combate à discriminação, com a diminuição da vulnerabilidade das populações e com a inclusão social.

Todos sabemos que os alunos de EJA já trazem muitos aprendizados, saberes e competências acumuladas ao longo de suas vidas. Na perspectiva freiriana, elas devem ser reconhecidas, respeitadas e valorizadas. Podemos ir além: quando for possível, também certificadas, ou seja, esses conhecimentos e saberes adquiridos na prática e não nas escolas de formação serem oficialmente reconhecidos. A certificação das chamadas “competências de vida” é uma prova de competência profissional e um direito do trabalhador. Há uma grande tradição nesse campo em alguns países europeus como a França, a Itália, a Espanha e Portugal. Diferentes enfoques podem ser levados em conta na estruturação de uma proposta de formação e qualificação profissional que reconheça essas competências.

Um dos componentes originais da Metodologia Mova é a participação ativa dos articuladores sociais e dentre suas tarefas centrais está a de buscar articulação do projeto com outros programas governamentais. No campo da formação profissional, temos, por exemplo, no Brasil, o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), uma parceria entre o Ministério de Minas e Energia e a Petrobras.

Entre as principais ações do Prominp está a qualificação profissional. O *Plano Nacional de Qualificação* do Prominp prevê capacitar, por meio de cursos gratuitos, milhares de profissionais nos estados do País com empreendimentos no setor de petróleo e gás natural. Os cursos são de nível básico, médio, técnico e superior, em 175 categorias profissionais ligadas às atividades do setor de petróleo e gás. Estão envolvidas cerca de 80 instituições de ensino. Além dos cursos gratuitos, são oferecidas bolsas-auxílio mensais para os alunos desempregados. A fim de ampliar as oportunidades de acesso da população de baixa renda aos cursos gratuitos, o Prominp oferece “reforço escolar” preparatório para as suas provas de seleção nos estados do País onde há processo seletivo público, com aulas de português, matemática e raciocínio lógico.

Nossos educandos têm buscado caminhos para continuar seus estudos e vislumbrar novas oportunidades de trabalho. Nesse sentido, a articulação do Projeto MOVA-Brasil com o Prominp pode ser uma perspectiva para atender a esse anseio. A esperança de um novo emprego representa forte estímulo ao estudo. Uma oportunidade a mais para nossos(as) educandos(as).

O programa *Brasil sem miséria* do governo federal incluiu como um dos três eixos estruturantes a “formação profissional”, respondendo positivamente a essa demanda. Essa é também a visão do *Marco de Ação* da Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confintea), da Unesco, realizada em Belém, em 2009. A política defendida pelo MEC para essa modalidade da Educação Básica, em seus parâmetros curriculares para EJA, também vai nessa direção. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional de Educação estabelecem como eixos estruturantes da Educação de Jovens e Adultos o trabalho e a cidadania.

O Projeto MOVA-Brasil vem oferecendo relevante contribuição em nível nacional, consolidando, cada vez mais, a cada ano, “desenvolvimento” e “cidadania”. Nas suas inúmeras salas de alfabetização, a “cidadania” vem se fortalecendo na medida em que homens e mulheres – jovens, adultos e idosos deste País – compartilham suas Leituras do Mundo, aprendem a ler e a escrever, e se preparam para reescrever suas histórias, reinventando e construindo novas realidades. Para isso, visando à ampliação do exercício da cidadania, o “desenvolvimento” precisa caminhar junto, inserindo-os no mundo do trabalho, abrindo novas oportunidades de ressignificar suas existências.



6. SUSTENTABILIDADE E BEM-VIVER

Os dados divulgados, nos últimos anos, pelo *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* das Nações Unidas, conhecido pela sua sigla em inglês IPCC, provocaram debates em todo o mundo. Não há hoje tema tão preocupante como o do aquecimento global e o das mudanças climáticas. Mas ele não é novo. Alertas foram dados pelos ecologistas desde os anos de 1960. Na Rio-92, 173 chefes de Estado e de governo aprovaram um documento, a *Agenda 21*, para colocar o mundo na rota do “desenvolvimento sustentável”, um compromisso com as futuras gerações. O *Fórum Global*, na mesma ocasião, aprovou dois documentos importantes e complementares para uma “Sociedade Sustentável”: a *Carta da Terra* e o *Tratado da Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e a Responsabilidade Global*. Em 1999, a Unesco lançou um apelo por uma “educação para um futuro sustentável” (UNESCO, 1999) e, em 2002, as Nações Unidas lançaram a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (2005-2014).

O mundo está se mobilizando, de diferentes maneiras, para evitar o pior. Contudo, as preocupações persistem e os grandes desafios ainda não foram superados. O que a educação pode fazer nesse contexto?

A primeira versão da *Carta da Terra*, no *Fórum Global* da Rio-92, começa exatamente com uma declaração de amor à Terra, considerada como um ser vivo e em evolução, com a qual temos uma identidade essencial. Começa afirmando: “nós somos a Terra”. Quando alguém nasce costuma-se dizer que “veio à Terra”. Na verdade não veio à Terra, mas “da” Terra. Todos somos filhos da mãe Terra. Tudo o que fizermos a ela recairá sobre nós. E como filhos precisamos aprender a viver “com” ela. Por isso precisamos de uma educação para viver com a Terra.

Carta da Terra

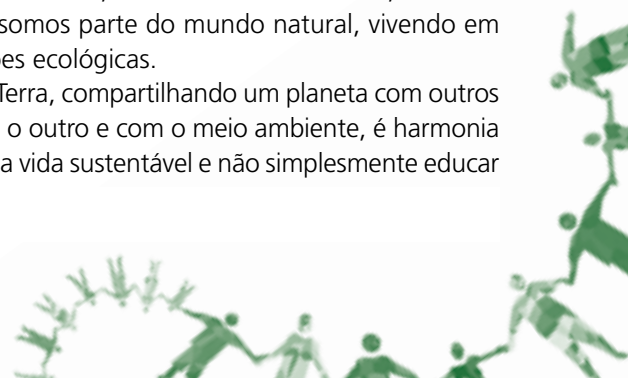
A *Carta da Terra* foi aprovada pelo Fórum Internacional de Organizações Não Governamentais no âmbito do Fórum Global, representando mais de 1.300 entidades com atuação em 108 países. Ela encarna o chamado “espírito do Rio” que está estampado no preâmbulo da Carta:

Nós somos a Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. Nós honramos a Terra, como o lar de todos os seres vivos. Nós estimamos a Terra, pela sua beleza e diversidade de vida. Nós louvamos a Terra, pela sua capacidade de regeneração, sendo a base de toda a vida. Nós reconhecemos a especial posição dos povos indígenas da Terra, seus territórios e seus costumes, e sua singular afinidade

com a Terra. Nós reconhecemos que o sofrimento humano, pobreza e degradação da Terra são causados pela desigualdade do poder. Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade somos unidade. Nosso lar comum está crescentemente ameaçado. Assim sendo, levando em consideração sobretudo as necessidades especiais das mulheres, povos indígenas, do Sul, dos diferentes capacitados e de todos aqueles que se encontram em situação de desfavorecimento, nos comprometemos a ... (seguem 10 compromissos).

Hoje, tomamos consciência de que o sentido das nossas vidas não está separado do sentido que construímos do próprio planeta. Diante da degradação das nossas vidas no planeta, chegamos a uma verdadeira encruzilhada entre um *caminho tecnocrático*, que coloca toda a fé na capacidade da tecnologia de nos tirar da crise ambiental sem mudar nosso estilo poluidor e consumista de vida, e um *caminho ecozoico*, fundado numa nova relação saudável com o planeta, reconhecendo que somos parte do mundo natural, vivendo em harmonia com o universo, caracterizado pelas atuais preocupações ecológicas.

Sustentabilidade é o sonho de bem-viver, de viver bem com a Terra, compartilhando um planeta com outros seres vivos, humanos e não humanos. É o equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é harmonia entre os diferentes. Educar para viver com a Terra é educar para uma vida sustentável e não simplesmente educar



Economia Solidária

para um novo tipo de desenvolvimento. O desafio é mudar de rota e caminhar em direção à sustentabilidade por uma outra globalização, por uma alterglobalização.

Podemos desdobrar a sustentabilidade em dois eixos, o primeiro relativo à natureza e o segundo relativo à sociedade:

1º) a *sustentabilidade ecológica, ambiental e demográfica* (recursos naturais e ecossistemas), que se refere à base física do processo de desenvolvimento e com a capacidade da natureza suportar a ação humana, com vistas à sua reprodução e aos limites das taxas de crescimento populacional;

2º) a *sustentabilidade cultural, social e política*, que se refere à manutenção da diversidade e das identidades, diretamente relacionada com a qualidade de vida das pessoas, da justiça distributiva, e ao processo de construção da cidadania e da participação das pessoas no processo de desenvolvimento.

A categoria sustentabilidade é central para uma “ética do ser humano”, como sustenta Paulo Freire (1997) em seu livro *Pedagogia da autonomia*. Um novo modelo de desenvolvimento precisa de uma nova sustentação ética inspirada também na experiência prática dos povos tradicionais que vivem de maneira sustentada e nos grupos sociais que fazem opção pessoal por uma vida mais saudável e ecologicamente correta. Assim, educar para uma *vida sustentável* é educar para a simplicidade voluntária e para a quietude. Nossas vidas precisam ser guiadas por novos valores: simplicidade, austeridade, quietude, paz, serenidade, saber escutar, saber viver juntos, compartilhar, descobrir e fazer juntos.

A simplicidade que defendemos não se confunde com a simploriedade e a quietude, não se confunde com a cultura do silêncio. A simplicidade tem que ser voluntária, como a mudança de nossos hábitos de consumo, reduzindo nossas demandas. A quietude é uma virtude, conquistada com a paz interior e não pelo silêncio imposto. A quietude tem a ver com ouvir, escutar, conhecer, aprender com o outro, muito diferente de quem chega falando, com o discurso pronto, ditando normas, impondo um único discurso. Quietude tem a ver com criar condições para muitas narrativas, hoje silenciadas, ganharem vida. Educar para viver com a Terra é também formar para a compreensão. Formar para a ética do gênero humano, não para a ética instrumental e utilitária do mercado. Educar para comunicar-se. Não comunicar para explorar, para tirar proveito do outro, mas para compreendê-lo melhor.

O conceito de sustentabilidade na educação pode ter um impacto positivo não só no que se refere aos indivíduos, mas também nas necessárias mudanças do sistema educacional. Assim, podemos falar de um impacto no *nível legal*, reformas educacionais, *currículo*, conteúdos, e no *nível pessoal e coletivo* do compromisso, do engajamento numa vida mais sustentável. Educar para a sustentabilidade implica mudar o sistema, implica o respeito à vida, o cuidado diário com o planeta e cuidado com toda a comunidade da vida, da qual a vida humana é um capítulo. Isso significa compartilhar valores fundamentais, princípios éticos e conhecimentos como: respeito à terra e a toda a diversidade da vida; cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor; construção de sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas. A sustentabilidade é um conceito central de um sistema educacional voltado para o futuro.

Os sistemas de educação, em geral, são baseados em princípios predatórios, em uma racionalidade instrumental, reproduzindo valores insustentáveis. Para introduzir uma cultura de sustentabilidade nos sistemas educacionais nós precisamos reeducar o sistema: ele faz parte tanto do problema, como também faz parte da solução. Estamos convencidos de que a sustentabilidade é um conceito poderoso, uma oportunidade para que a educação renove seus velhos sistemas, fundados em princípios e valores competitivos.



1ª Formação geral continuada de Monitores e Coordenadores locais, no Polo Rio de Janeiro.

Mudar o sistema e mudar as pessoas são processos interdependentes. A *IV Conferência Internacional sobre Educação Ambiental*, realizada em 2007, em Ahmedabad (Índia), destacou a importância de mudanças no nosso *estilo de vida*. A Declaração de Ahmedabad reflete esse debate que incluiu a economia, a educação, o desenvolvimento, a produção e o consumo:

[...] nossa visão é a de um mundo no qual nosso trabalho e estilos de vida contribuam para o bem-estar de toda a vida na Terra. Nós acreditamos que, por meio da educação, os estilos de vida humanos podem conseguir manter a integridade ecológica, econômica e a justiça social, de forma sustentável e com respeito por todas as formas de vida. Por meio da educação, podemos aprender a prevenir e resolver conflitos, respeitar a diversidade cultural, criar uma sociedade cuidadosa e viver em paz.

E como o estilo de vida foi um tema dominante em Ahmedabad, o *consumo sustentável* teve muita relevância. Não dá para falar em educar para viver no planeta Terra sem falar de educação para o consumo sustentável. Debates muito o consumismo e os hábitos alimentares baseados na proteína animal. Concluímos que o modelo alimentar dos países ricos não é generalizável pelo simples fato de que precisaríamos mais de um planeta (necessitaríamos de 2,6 planetas) para alimentar a todos dessa forma. O modelo agrícola está em causa. É preciso inventar um outro que seja mais sustentável, tanto no que se refere à saúde das pessoas quanto à proteção do meio ambiente.

Precisamos comer para sobreviver, mas, diferentemente dos animais, não nos alimentamos por puro instinto. Sentimos prazer ao nos alimentar e podemos fazer escolhas. Transformamos o ato de comer num ato muito significativo. Não é uma mera satisfação de uma necessidade instintiva. Comer é também um ato cultural. As sociedades o transformaram num ato social. Há uma variedade enorme de alimentos e há alimentos suficientes para todos os habitantes da Terra. Falta distribuí-los equitativamente.

A melhor escolha da comida é aquela produzida localmente e a pior é a que vem empacotada, de longe, e que produz muito mais lixo (produtos industrializados) e mais custos sociais e ambientais. Trata-se de saber, de conhecer como os produtos que consumimos foram produzidos. Conhecer todo o sistema de produção alimentar.

Gaia, igual vida. Muitos entendem que é ilegítimo considerar a Terra como um organismo vivo. Esta qualidade a Terra não teria. Enxergamos a vida apenas pela percepção que temos da nossa e da vida dos animais e das plantas. É verdade, não temos o distanciamento que têm, no espaço, os astronautas, mas podemos ter o mesmo distanciamento dos astronautas no tempo, muito mais dilatado que o nosso próprio tempo de vida. A “hipótese Gaia”, que concebe a Terra como um superorganismo complexo, vivo e em evolução, encontra respaldo na sua história de bilhões de anos. A primeira célula apareceu há 4 bilhões de anos. De lá para cá, o processo evolucionário da vida não cessou de se complexificar, formando ecossistemas interdependentes dentro do macrossistema Terra que, por sua vez, é um microssistema, se comparado com o macrossistema Universo. Só conseguimos entender a Terra como um ser vivo nos distanciando dela no tempo e no espaço.

Cada vez tomamos consciência de que somos todos habitantes de uma única casa, de uma única morada. Temos uma identidade terrena, somos terráqueos, cidadãos de uma “única nação”, como se insistia durante a realização da Rio-92. Assim como nós, este planeta, como organismo vivo, tem uma história. Nossa história faz parte dele. Nós não estamos no mundo; nós somos parte dele. Não viemos ao mundo; viemos do mundo. Terra somos nós e tudo o que nela vive. Temos um destino comum.

Devemos nos educar para viver no cosmos – uma educação planetária, cósmica e cosmológica – ampliando nossa compreensão da Terra e do Universo. Só assim poderemos entender mais amplamente as mudanças climáticas, os problemas da desertificação, do desflorestamento, do aquecimento da Terra e dos problemas que atingem humanos e não humanos. Os paradigmas clássicos, arrogantemente antropocêntricos e industrialistas, não têm suficiente abrangência para explicar essa realidade cósmica. Por não ter essa visão holística, não conseguiram dar nenhuma resposta para tirar o planeta da rota do extermínio e do rumo da cruel diferença entre ricos e pobres. Os paradigmas clássicos estão levando o planeta ao esgotamento de seus recursos naturais. A convergência das crises atuais é resultado de uma crise mais profunda, a crise do paradigma civilizatório. Educar hoje, em sentido pleno, pressupõe um novo paradigma, um paradigma holístico.

PARA SABER MAIS

Sites para pesquisa sobre economia solidária

Ministério do Desenvolvimento Agrário – <<http://www.mda.gov.br>>

Ministério do Trabalho e Emprego – <<http://www.mte.gov.br>>

Secretaria da Agricultura Familiar – <<http://www.mda.gov.br/saf/>>

Economia Solidária <<http://www.eudesxavier.org.br/multimedia/documentos.php>>

<www.unitrabalho.org.br/paginas/noticias/artigos/pdf/economiasolidaria>

<www.forumeja.org.br/economiasolidaria>

Fórum Brasileiro de Economia Solidária – <<http://www.fbes.org.br/>>

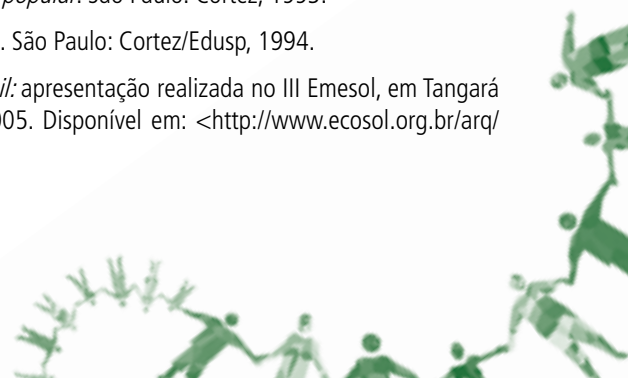
Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA) – <<http://www.asabrasil.org.br>> – é uma rede formada por cerca de 750 organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social.

No portal <www.redesolidaria.com.br> estão disponíveis, entre outros serviços, sistemas de busca para localização de produtos e serviços solidários ofertados nos diversos estados do Brasil, que futuramente estarão interligados em sistemas de comércio eletrônico; sistemas que localizam empreendimentos por cadeias produtivas; fóruns eletrônicos, áreas de transferência tecnológica, incluindo softwares livres e solidários que podem ser utilizados livremente nos empreendimentos solidários; mapeamentos de empreendimentos de economia solidária no Brasil e no exterior; materiais pedagógicos para atividades de educação popular sobre redes de economia solidária; biblioteca, com estudos disponíveis em diversos níveis de aprofundamento; área de pesquisas com elos para diversas páginas na Internet sobre temas afins. O *sistema interativo* do portal permite a qualquer interessado, com grande facilidade, enviar mensagens ao conjunto dos participantes da RBSES, receber mensagens da mesma rede, compartilhar informações, participar de votações diretas ou diálogos em tempo real, compartilhar tecnologias, realizar negócios, etc.



REFERÊNCIAS

- ANTEAG. *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*. São Paulo, 2007. v. 3.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. *Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Proposta curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental: 5ª a 8ª*. Brasília, DF: MEC, SEF, 2002. v. 2. (Introdução).
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Dez princípios da economia solidária*. In: _____. *Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social*. Brasília: MTE, Senaes, FBES, 2007.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. *Conceitos de economia solidária*. In: _____. *Atlas da economia solidária no Brasil*. Brasília, DF: MTE, Senaes, 2005. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CORAGGIO, José Luis. *Desenvolvimento humano e educação: o papel das ONGs latino-americanas na iniciativa da Educação para Todos*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1996.
- _____. *Es posible otra economía sin (otra) política?* Buenos Aires: La Vanguardia, 2005. _____. *La gente o el capital: desarrollo local y economía del trabajo*. Buenos Aires: Espacio, 2004.
- DANTAS, Conceição. *Mulheres, soberania alimentar e convivência com o semi-árido*. 2007. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/artigos/artigos-2007/mulheres-soberania-alimentar-e-convivencia-com-o-semi-arido/>>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- DESROCHE, Henri. *Pour un traité d'économie sociale*. Paris: Cidem, 1983.
- DOWBOR, Ladislau. *A exclusão produtiva e a desigualdade andam de mãos dadas: Entrevista com Ladislau Dowbor, em 13/12/2010, concedida a Inez de Oliveira*. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article101>>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Cartilha da Campanha pela Lei da Economia Solidária: Iniciativa popular para um Brasil Justo e Sustentável*. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- _____. *Fóruns de Economia Solidária*. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- _____. *VI Plenária Nacional de Economia Solidária: relatório final*. Brasília: FBES, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FRIGOTTO, Gaudencio (Org.). *Educação Profissional e Tecnológica: Memória, contradições e desafios*. Campos: Essentia, 2006. v. 1.
- _____; CIAVATTA, Maria (Org.). *A experiência do Trabalho e a educação básica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. v. 1.
- _____; KUENZER, Acácia; GENTILI, P. (Org.). *Educação e crise do trabalho: Perspectivas de final de século*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. v. 1.
- GADOTTI, Moacir. *Economia Solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- _____. *Educar para a sustentabilidade*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.
- _____. *MOVA, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.
- _____. (Org.). *Desafios da Economia Solidária*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008. (Le Monde Diplomatique Brasil; 4).
- _____. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- _____. e GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. e TORRES, Carlos Alberto. *Educação popular: utopia latinoamericana*. São Paulo: Cortez/Edusp, 1994.
- GAIGER, Luiz Inacio. *Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil: apresentação realizada no III Emesol, em Tangará da Serra, Universidade Estadual do Mato Grosso, em outubro de 2005*. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/arq/Illesol.ppt>>. Acesso em: 15 dez. 2011.



Economia Solidária

- GUERRA, Pablo A. *Socioeconomia de la solidaridad: una teoría para dar cuenta de las experiencias sociales y económicas alternativas*. Montivideo: Nordan-Comunidad, 2002.
- GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: IPF/Cortez, 1998.
- JARA, Oscar. *Para sistematizar experiencias: una propuesta teórico-práctica*. Lima: Tarea, 1994.
- KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). *Economia solidária e educação de jovens e de adultos*. Brasília, DF: MEC/Inep, 2005.
- LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; CEVASCO, Maria Elisa (Org.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- MANFREDI, Sílvia Maria. *Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações*. Brasília, DF: MTE, SPPE, DEQ, 2005. (Qualificação Social e Profissional).
- _____. *Sistema nacional de certificação profissional: subsídios para reflexão e debate*. Brasília, DF: MTE, SPPE, DEQ, 2005. (Qualificação Social e Profissional).
- MARTINIC, Sergio. *El objeto de la sistematización y sus relaciones con la evaluación y la investigación*. Santiago: Cide, 1998.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política*. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MELLO, Sylvia Leser de (Org.). *Economia solidária e autogestão: encontros internacionais*. São Paulo: Nesol/USP, 2005.
- Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Economia solidária: caderno pedagógico educadoras e educadores*. Coleção Cadernos Pedagógicos do ProJovem Campo-Saberes da Terra. Brasília, DF, 2010, 128 p.
- Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Diretoria de Educação para a Diversidade. Coleção Cadernos Pedagógicos ProJovem Campo - Saberes da Terra, vol.4, BRASÍLIA, DF, 2010.
- OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. et al. *Dicionário do Pensamento Social no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL. *Construindo a socioeconomia solidária: do espaço local ao global*. Rio de Janeiro: PACS, 2000. (Semeando socioeconomia, 1).
- PADILHA, Paulo Roberto; CECCON, Sheila e RAMALHO, Priscila(Org.). *Município que Educa: Múltiplos Olhares*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.
- RAZETO, Luís. *Economia de solidariedade e organização popular*. In: GADOTTI, Moacir; GUTIERREZ, Francisco (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 33-38.
- _____. *Desarrollo, transformación y perfeccionamiento de la economía en el tiempo*. Santiago: Universidad Bolivariana, 2001. (Economía de solidaridad y mercado democrático, 4). _____ . El factor C y la economía de la solidaridad. Montevideo: Cofac, 1998. (Cuadernos de la Educación, 1).
- Redes de Colaboração Solidária. *Finanças solidárias*. Cartilha. Disponível em: <<http://www.eudesxavier.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2011.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SINGER, Paul. *A economia solidária como ato pedagógico*. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). *Economia solidária e educação de jovens e de adultos*. Brasília, DF: MEC/Inep, 2005. p. 15-20.
- _____. Economia solidária 1. *Le Monde Diplomatique Brasil*: São Paulo, v. 4, p. 127, abr. 2008.
- _____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- _____. *O desafio é criar cadeias solidárias*. In: MELLO, Cleiton; STREIT, Jorge; ROVAI Renato (Org.). *Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil, 2006. p. 18-25.
- _____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____; MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. *Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda*. Mercado de trabalho: Revista do Ipea, Brasília, DF, n. 24, p. 35 a 43, ago. 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Uma política de esquerda para o Século XXI? Ou teoria e práxis novamente*. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Corrêa; Cevasco, Maria Elisa (Org.). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 36.
- XAVIER, Eudes. *Economia solidária no Brasil: uma outra economia acontece*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2008.